



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS
DE LICENCIATURA EM LETRAS
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

SARAH GUEDES OLIVEIRA

**NO ACONTECIMENTO DE SUA VOLTA: NUANCES DE
DISCURSO NAZISTA NA ERA DO GOVERNO BOLSONARO**

João Pessoa/PB

2023

SARAH GUEDES OLIVEIRA

NO ACONTECIMENTO DE SUA VOLTA: NUANCES DE
DISCURSO NAZISTA NA ERA DO GOVERNO BOLSONARO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Letras, da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito
para obtenção do grau de Licenciado em Letras,
habilitação em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Edjane Gomes de Assis

João Pessoa, PB

2023

Catálogo na publicação

Seção de Catalogação e Classificação

O48a Oliveira, Sarah Guedes.

No acontecimento de sua volta: Nuances de discurso nazista na era do governo Bolsonaro / Sarah Guedes Oliveira. - João Pessoa, 2023.
50 f. : il.

Orientador: Edjane Gomes de Assis.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências humanas, Letras e Artes, 2023.

1. Discu. 2. Nazismo. 3. Bolsonaro. 4. Poder. 5. Política. I. Assis, Edjane Gomes .de. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 81'42:32

Elaborado por MARIA DE FATIMA HENRIQUE JORGE MAIA - CRB-15/0392

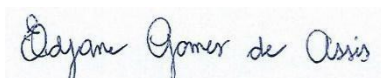
SARAH GUEDES OLIVEIRA

NO ACONTECIMENTO DE SUA VOLTA: NUANCES DE
DISCURSO NAZISTA NA ERA DO GOVERNO BOLSONARO

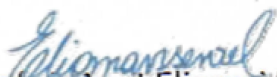
Data de aprovação:

27/10/2023

Banca examinadora:



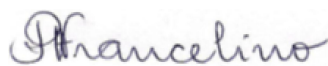
Prof^ª. Dr^ª. Edjane Gomes de
Assis (Orientadora - UFPB)



Profa. Dra. Eliana Vasconcelos da Silva Esvael
(Examinadora 1 – UFPB)



Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima
Silva (Examinador 2 – UFPB)



Prof. Dr. Pedro Farias Francelino
(Suplente – UFPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado determinação para não desistir.

A minha família, por sempre me apoiar e me erguer nos momentos mais difíceis ao longo do curso.

A minha professora e orientadora, Edjane Assis, que desde o início do curso me maravilhou com os ensinamentos sobre Linguística, e hoje, encerra esse ciclo comigo.

Aos meus amigos e colegas de turma, que se fizeram presentes durante a realização deste trabalho, tornando o processo mais leve.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo problematizar e identificar alguns traços (nuances) de discursos e ideologias nazistas na atualidade brasileira, mais especificamente na era do Governo Bolsonaro. A pesquisa se baseia em uma análise crítica e reflexiva sobre a volta do acontecimento – nazismo – mediante discursos político-partidários e o avanço da extrema-direita no Brasil. Para tanto, ressaltamos a importância de se discutir essa temática, problematizando o discurso como ato não somente de comunicação, mas como ato de convencimento das massas e mecanismo de poder/manipulação. Assim, de natureza qualitativa-interpretativa, a pesquisa está fundamentada na Análise do Discurso, na esteira de teóricos como Foucault (1987; 1996; 2000; 2008), Charaudeau (2008) Courtine (2006) dentre outros pensadores. Pela configuração da temática, dialogamos, também, com outras áreas como História e Sociologia, uma vez que nosso objeto perpassa por diversas questões humanas e que envolvem o terreno da subjetividade. Como metodologia selecionamos 03 (três) materialidades discursivas que circularam na época do governo Bolsonaro (2018-2022): a primeira materialidade compreende uma live em que aparece o objeto, leite, como elemento simbólico do nazismo; A segunda materialidade configura um vídeo publicitário do ministro da Cultura Roberto Alvim como uma reprodução da campanha de Joseph Goebbels; E por último, uma trazemos uma publicação da Secom como uma releitura do campo de concentração de Auschwitz. Nossa análise mostrou a necessidade de ressaltar a importância da memória como elemento organizador daquilo que pode vir a ser proferido e capaz de filtrar acontecimentos que, quando trazidos à tona, une passado e presente numa espécie de reatualização (volta do acontecimento). Por fim, esta pesquisa compreendeu um processo caro acerca do resgate de memórias de um passado complexo, mas que se torna urgente e necessária após o bolsonarismo e a reflexão sobre o crescimento da extrema direita no contexto atual.

Palavras-chave: Discurso. Nazismo. Bolsonaro. Poder. Política.

ABSTRACT

This Final Paper aims to problematize and identify some traces (nuances) of Nazi discourses and ideologies in the Brazilian present, more specifically in the era of the Bolsonaro Government. The research is based on a critical and reflexive analysis of the return of the event – Nazism – through political-partisan discourses and the advance of the extreme right in Brazil. To this end, we emphasize the importance of discussing this theme, problematizing the discourse as an act not only of communication, but as an act of convincing the masses and a mechanism of power/manipulation. Thus, of a qualitative-interpretative nature, the research is based on Discourse Analysis, in the wake of theorists such as Foucault (1987; 1996; 2000; 2008), Charaudeau (2008) and Courtine (2006), among other thinkers. Due to the configuration of the theme, we also dialogue with other areas such as History and Sociology, since our object permeates several human issues that involve the terrain of subjectivity. As a methodology, we selected 03 (three) discursive materialities that circulated at the time of the Bolsonaro government (2018-2022): the first materiality comprises a live in which the object, milk, appears as a symbolic element of Nazism; The second materiality configures an advertising video by the Minister of Culture Roberto Alvim as a reproduction of Joseph Goebbels' campaign; And lastly, we bring a publication from Secom as a reinterpretation of the Auschwitz concentration camp. Our analysis showed the need to emphasize the importance of memory as an organizing element of what can be said and capable of filtering events that, when brought to light, unite past and present in a kind of re-actualization (return of the event). Finally, this research comprised an expensive process about the rescue of memories of a complex past, but which becomes urgent and necessary after the Bolsonaro and the reflection on the growth of the extreme right in the current context.

Keywords: Discourse. Nazism. Bolsonarismo. Power. Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS	11
1.1 Discurso político e mecanismos disciplinares	11
1.2 Memória e acontecimento discursivo	17
2 BREVE RETROSPECTIVA SOBRE NAZISMO E PROCESSO DE DISCURSIVIZAÇÃO	22
2.1 O pré-nazismo: A construção do inimigo e o surgimento de um “herói”	22
2.2 Na eleição de 2018: o “mito” Bolsonaro	26
3 NA CONFLUÊNCIA DE MATERIALIDADES MIDIÁTICAS: ELEMENTOS SIMBÓLICOS DO NAZISMO NOS 4 ANOS DO GOVERNO BOLSONARO	34
3.1 O leite como símbolo de “pureza étnica”	34
3.2 A publicidade e seus aspectos de similitudes com a campanha de Joseph Goebbels	37
3.3 A publicação da SECOM e a releitura do campo de concentração de Auschwitz	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

O desejo de conquista é coisa verdadeiramente natural entre os homens; e sempre, quando os homens fazem o que podem, serão louvados ou não criticados; mas quando não podem e querem fazê-lo de qualquer modo, aqui está o erro e o motivo da desaprovação que recebem

(Maquiavel)

Por dever, ou simplesmente por naturalidade, o homem já realizou ao longo da história grandes feitos, mas, infelizmente, também já protagonizou muita barbárie. Destacaremos os dois pontos do pensamento de Maquiavel, evidenciados na epígrafe: É verdade que neste contexto, o homem em consideração é o sujeito político, aquele que possui o poder de governo, de modificar o Estado e proporcionar melhorias (ou não) à nação, tal qual um príncipe tinha outrora. Quando esses feitos são bem realizados, promovem benfeitorias para o povo, esse sujeito político tem merecidamente os aplausos; em casos contrários promove a revolta/resistência. Não devemos abrir espaço para novas barbáries, como as Grandes Guerras Mundiais, por exemplo. Para isso, a alternância de governo, como pontua Lília Moritz Schwarcz¹, é um processo importante em uma democracia.

No Brasil, entre os anos de 2018 e 2022, a democracia esteve fortemente ameaçada. Foi o que ocorreu com os ataques constantes às instituições governamentais, inclusive pelo próprio ex-Presidente da República (na época – entre 2019 e 2022), Jair Messias Bolsonaro, responsável por excitar a população à cometer atos antidemocráticos, à promover ondas de ódio gratuito e ataques às diferenças de raça, gênero, cor, *status* social, diversidade religiosa, entre outros. Tudo isso mediante a uma Pandemia² responsável por milhares de mortes. Neste contexto, a divulgação de opiniões pessoais e as ideologias advindas de uma onda do bolsonarismo (para esse grupo extremista), parecia mais urgente e importante no interior do programa de governo, do que as vidas roubadas diariamente pelo vírus da Covid-19³.

Mediante aos discursos de críticas aos segmentos mencionados, Bolsonaro foi ganhando projeção na mídia e, sobretudo, identificação para com boa parte do eleitorado

¹ *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019).

² A pandemia da Covid-19.

³ Segundo o site oficial *CoronaVirus Brasil*, estima-se que no Brasil houve 37.827.912 casos confirmados e um montante de 705.962 mortes pelo vírus da Covid-19, entre 2020 e 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 10 de out, 2023.

brasileiro, parte essa, responsável por elegê-lo no ano de 2018. O discurso - assim como a memória discursiva - como veremos na análise que se seguirá - é um elemento fundante na projeção de ideologias de convencimento. Partindo deste pressuposto, nossa pesquisa busca analisar, como o próprio título já diz, os mecanismos discursivos envolvidos no acontecimento de sua volta, ou seja: problematizar as nuances de discurso nazista na era do governo Bolsonaro em algumas materialidades discursivas. Propomos revisitar a História para entendermos um pouco sobre o que influencia/causa a popularização e ascensão de um governo com princípios autoritários; e, ainda, como os discursos - ênfase ao discurso político - se adequam ao contexto a qual pertencem, pois o “novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (Foucault, 2000, p.26).

Dessa maneira, ficamos diante da seguinte problemática: Quais elementos, através de mecanismos de controle que ativam memórias discursivas, articulam os discursos de Bolsonaro aos do período do nazismo? A partir do problema exposto, define-se por objetivo geral analisar as nuances do discurso nazista na era do governo Bolsonaro, buscando compreender, brevemente, os fatores históricos e sua reatualização que levaram duas personalidades (Hitler e Bolsonaro), com princípios autoritários, serem vistos (pelo menos no início de seus governos) como “mitos”, “salvadores da pátria”.

Neste ponto, algumas indagações vêm à tona: Como se organiza o discurso político e qual o papel da memória discursiva no processo de convencimento? De que forma podemos compreender as nuances do discurso nazista entrelaçado no discurso do bolsonarismo? E de que modo os materiais teóricos podem nos auxiliar na identificação de elementos do nazismo na campanha eleitoral e nos 4 anos do governo Bolsonaro? Com base nestes questionamentos, para melhor organização de nosso trabalho e também compreensão do leitor, pontua-se os seguintes objetivos específicos: Contextualizar alguns conceitos básicos do discurso e memória discursiva; discutir retrospectivamente aspectos do nazismo e o processo de discursivização, bem como sobre a construção do “mito” na eleição de 2018 no Brasil e, por fim, analisar os elementos simbólicos do nazismo nos anos de governo de Jair Bolsonaro.

Sendo assim, este trabalho explorou uma gama bibliográfica (livros, artigos, ensaios, jornais) que tem se preocupado com as questões aqui já mencionadas, seja para embasar/comprovar nossa discussão, seja para refutar algumas pautas problematizadas ao longo do estudo. Logo, além de uma análise qualitativa-interpretativa, nossa pesquisa também se caracteriza como de natureza bibliográfica que, Segundo Gil (1999), é desenvolvida com

base em material já elaborado. Ou seja, recorre-se às fontes pesquisáveis para melhor ser estruturada em cunho qualitativo.

Nesta perspectiva, o primeiro capítulo, *Alguns conceitos básicos*, tem como preocupação contextualizar conceitos gerais sobre o discurso político, os mecanismos disciplinares e memória discursiva a fim de entender, dentre outras questões, como a memória organiza os discursos políticos e quais mecanismos se destacam como alternativas reguladoras dentro do processo de convencimento do outro, isto é, do público eleitorado; o segundo capítulo, *Breve retrospectiva sobre o nazismo e processo de discursivização*, traz uma retrospectiva acerca dos elementos simbólicos e de eventos que proporcionaram não somente o surgimento do nazismo, mas também a construção da figura do “herói”, do “Messias”, mediante momentos de crises políticas, sociais e, principalmente, econômicas – a exemplo de Hitler e Bolsonaro; E, no terceiro e último capítulo, *Na confluência de materialidade midiáticas: elementos simbólicos do nazismo nos 4 anos do governo Bolsonaro*, nossa pesquisa avançou de modo que caminhamos para a problematização de 03 (três) materialidades midiáticas do Governo Bolsonaro e suas relações de similitudes com a propaganda nazista. Nesse quesito, torna-se também relevante analisar discursos de Bolsonaro, da época em que o mesmo era deputado, com a preocupação de destacar como a extrema direita avançava de modo sutil. E nas *considerações finais* fizemos uma retomada de alguns pontos que destacamos como relevantes em nosso percurso investigativo seguindo das nossas referências bibliográficas que ancoraram nosso trabalho.

Por fim, ao promover esta pesquisa, acreditamos deixar em evidência alguns pontos-chave a serem melhor problematizados ao decorrer dos capítulos. No mais, o estudo aqui realizado tem vários elementos a contribuir, a nosso ver, para o Curso de Letras/Língua Portuguesa, um deles é a problematização do discurso: como ato não somente de comunicação, mas como ato de convencimento das massas. Ou seja, a utilização da linguagem como ferramenta de poder/ manipulação. Acreditamos, ainda, que a pesquisa pode contribuir para outras áreas, como a História e a Sociologia; afinal, trata-se de uma temática que perpassa pelas diversas questões humanas, das mais práticas às mais subjetivas: política, economia, relações sociais, religiosas, ambição de poder, manipulação, entre outras.

- Capítulo I -

ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS

*Em todos os Estados rege o mesmo princípio de justiça:
o interesse do governo.*

(Platão)

O discurso, e principalmente o discurso político, possui diversas facetas. Na política, especialmente, há todo um jogo de interesse que se torna o fio condutor para se alcançar o poder através do convencimento, como veremos a seguir. Neste capítulo, nos debruçaremos sobre alguns quesitos básicos acerca do discurso político e seus mecanismos fundamentais que servem como reguladores das ações discursivas, bem como percorremos por algumas questões que envolvem a memória e o acontecimento discursivo. Para isso, os estudos de Foucault (1987, 1996, 2008) e de Courtine (2006), por exemplo, serão essenciais na construção de nossa discussão acerca da temática.

I.1. Discurso político e mecanismos disciplinares

De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa*, o termo ‘discurso’ significa “*s.m. Oração, trabalho literário recitado perante um público*”⁴. A compreensão deste significado pode abranger diversas perspectivas, uma delas é o ato de proferir discursos, de proferir ideias e/ou opiniões. Em outras palavras, pode-se dizer que discurso seria o ato de argumentar sobre algo, cujo objetivo é o de exercer influência sobre alguém ou sobre algum público.

O ato de argumentar, por sua vez, está associado a própria língua, pois é por meio dela que o indivíduo exerce suas habilidades de avaliar, julgar, opinar, criticar, entre outros. Isso porque todo discurso proferido, até mesmo os que não visam persuadir, modifica, de algum modo, a perspectiva de outros sujeitos e, dessa maneira, influencia não somente o modo de ver, mas também de pensar, o que provoca alteração no modo de agir (Silveira *et al*, 2016). Tais modificações no comportamento podem ser manifestadas de diversas formas, nas mais diversas ações do sujeito, até mesmo nas formas de silenciamento.

Destacamos, assim, os discursos propagandísticos amplamente utilizados no campo político. Neste último, as noções de ‘poder’ e ‘verdade’ são utilizadas com muito mais intensidade, visto que na política, a luta para se chegar ao poder é de forma mais nítida. Por

⁴ (Bueno, 1986, p. 374)

esse viés, o ato de discursar torna-se instrumento de projeção. O sujeito político se projeta perante o público, exercendo sua influência acerca dos mais variados assuntos – ao passo que persuade com objetivo de obter êxito.

Uma das características do discurso político é a imposição da verdade sobre determinado assunto discutido, sobre determinado ponto de vista. E justamente por muitas vezes, tratar-se de “pontos de vista”, tal verdade oscila, fica ameaçada “num jogo de significações. Vive constantemente num processo de re/des/construção, porque não é algo absoluto, pronto, trabalha com parâmetros da parcialidade” (Silveira, *et al*, 2016, p. 6). Imparcialidade e polêmica compõem o discurso político, portanto, possui – dentre outras concepções – um caráter dinâmico e provisório. Isto é, molda-se conforme o interesse daquele que fala.

Deste modo, o sujeito que detém a habilidade da palavra não somente se projeta diante dos demais, exerce também um efeito de grande influência capaz de definir o destino de uma população. Revisitando os filósofos clássicos, observamos que o indivíduo com pretensões políticas busca expressar, através das palavras, “verdades” e, para isso, se utiliza da argumentação e do gênero deliberativo para alcançar o seu objetivo. Tal gênero, por sua vez, tem o propósito de “determinar o útil ou o danoso de um procedimento aconselhado, propõe-se a obter uma decisão de ação” (Aristóteles, 2013, p. 54), pois, o orador (político) busca fazer uso do tempo futuro e discursa sobre as pretensões a serem executadas e não sobre as já finalizadas. É a partir da promessa daquilo que vai ser realizado que o discurso político se projeta, ganha dimensões na instância social. Não possui, conforme os estudos aristotélicos, a intenção de deliberar fins, mas os meios que, de alguma forma, levam aos fins preteridos.

Assim sendo, “o sujeito, ao produzir um discurso, se posiciona social e historicamente e, dessa forma, ele assume uma formação ideológica e fala de dentro desta” (Tavares, 2001, p. 196), afinal, ideologia e política andam juntas. Por isso, o sujeito político precisa estar ciente de seus compromissos ideológicos, a fim de projetá-los para o público que o ouve, de modo a conquistar a adesão destes interlocutores. Para isso, torna-se essencial a percepção sobre quem receberá este discurso que está sendo proferido; já aos interlocutores, cabe o papel de perceber o lugar de onde (e por quem) tal discurso está sendo enunciado, uma vez que “a eficácia de um argumento depende também do lugar que o locutor ocupa dentro de um determinado contexto” (Tavares, 2001, p. 200), ou seja, quanto maior a familiaridade entre a

ideologia do orador e a de seu interlocutor, maior será a influência dos elementos que foram discursados.

Dessa forma, maior será também a adoção desses discursos como verdade, pois, “o *páthos* não é a disposição real do auditório, mas uma imagem que o enunciador tem dela” (Fiorin, 2015, p. 74), isto é, enquanto o *éthos* trabalha na construção da imagem do enunciador, o *páthos* constrói a do enunciatário. Em outras palavras, a partir de nossa compreensão, pode-se dizer que orador e interlocutor, para que o discurso político se efetive, precisam estar imersos em um jogo de poder: aquele que fala exercendo influência naquele que ouve.

Vemos assim, que tais discussões apresentadas até aqui são desenvolvidas em várias áreas do conhecimento. No campo da Análise do Discurso de viés foucaultiano, o lugar de onde falamos, lançamos luz para as contribuições deste teórico que se debruçou incisivamente ao longo de seus estudos sobre as concepções de discurso e seus mecanismos de poder.

Para Michel Foucault (1925-1984), um dos maiores pensadores do século XX, o *discurso* compreende um mecanismo que, dentro de uma sociedade, é controlado por diversos motivos. O discurso, ao passo que pode influenciar outrem, é ele próprio controlado por outras forças interiores e exteriores, isto é, por mecanismos de controle que disciplinam o que deve ser dito e, principalmente, que nem sempre se deve dizer tudo e qualquer coisa que queira e que pense. As instâncias sociais funcionam mediante tais mecanismos. Conforme o autor:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...]. Sabe-se bem que não se pode dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância. Que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (Foucault, 1996, p. 8-9).

Trata-se de um rigoroso processo de *interdição*. Não é possível externar tudo o que se deseja. É preciso filtrar e intervir na produção daquilo que é proferido/discursivizado. Mais adiante, o teórico mostra o exercício da *exclusão*, ponto de partida utilizado para desenvolver a noção de *loucura* (repressão sobre quem é considerado como louco), ou seja, do sujeito interditado, excluído. Em outras palavras, o *louco* era aquele que não se adequava ao processo de docilização, de disciplina pelas instâncias de poder. O processo de *exclusão*, portanto, torna-se um fator determinante na seleção de quem fala e para quem se fala. (Foucault, 1996).

Não é possível que todos tenham as mesmas oportunidades, e mesmo os que as têm não podem “falar de tudo em qualquer circunstância”; excluem-se uns em prol de outros. Assim, Foucault nomeia três tipos de interdição, que são: Tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado do sujeito que fala. Portanto:

[...]. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (Foucault, 1996, p.9).

Essas *interdições* se tornam ainda mais acirradas, conforme o autor, quando são observadas no campo da política e da sexualidade, por exemplo; bem como a *exclusão* – quando se leva em consideração a oposição razão e loucura (Foucault, 1996). A política, por sua vez, se utiliza de variadas ferramentas para a manutenção de seu *status*, sendo o discurso a principal delas.

É o discurso que contribui na transformação das relações sociais, pois, “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (Henry, 1990, p.240). Transformar e reformular são termos, aliás, que projetam possibilidades de mudança futura. Assim sendo, conforme Henry (1990), a promessa de transformação seja de ordem social, seja econômica, (principalmente econômica), movimenta toda uma engrenagem motivada por um discurso político que se reverbera na sociedade e, assim, alcança proporções cada vez maiores na medida em que outras vozes, que compartilham dos mesmos princípios ideológicos, se agrupam.

Dessa maneira, o discurso político ganha força quando sujeitos comuns tomam esse discurso como uma forma de verdade para si. Ao passo que isso ocorre, isto é, que é gerada a identificação, o sujeito assume um lugar de verdade. Torna-se uma espécie de modelo a ser ouvido e a ser seguido. Isso ocorre também no campo religioso. No caso da política, especificamente, o poder é obtido por meio dessa identificação, geralmente entre grupos que se identificam ideologicamente – o que demonstra que o poder dado ao sujeito político, ao homem da política, deve ser concedido pelo povo. Assim:

O poder político não pode se justificar pelo temor da dominação do outro, não pode ser exercido pela violência, pois ele é um poder que resulta da vontade comum, poder recebido, concedido pelo povo ou pelos cidadãos: quando declaramos que alguém está no poder, entendemos por isso que ele recebeu de um certo número de pessoas o poder de agir em seu nome. O poder político não está preso, portanto à opressão, mas à livre opinião (Charaudeau, 2008, p. 256).

Concordando com o pensamento do autor, vemos que, de fato, o discurso político se sustenta através da promessa de liberdade e de transformação, não pelo viés da opressão. Tal concepção, de certo modo, ainda anistia tal discurso de uma responsabilidade; afinal o sujeito da política costuma se utilizar de termos como “é a vontade do povo”. Ou seja, ampara-se sob o discurso de “ser pelo (e para o) povo”. É a vontade do povo “e não a sua vontade” que está em jogo, portanto autorizado por seus eleitores. O fato, porém, é que muitas vezes essa proposta de liberdade é vendida como instrumento para se chegar ao comando, uma vez no poder, o que fora prometido é deixado de lado. Contudo, alguma mudança de postura/decisão, às vezes, muito contrárias as que foram prometidas em discursos de campanha – por exemplo – passam a ocorrer, inclusive por meio de autoritarismo. Para isso, há muitas estratégias das quais a política se utiliza para justificar ou maquiar suas falhas e/ou “verdadeiras intensões”: a dissimulação, a mentira, a vagueza, as estratégias do silêncio etc. (Charaudeau, 2008). Dentre essas estratégias destacadas, a que, a nosso ver, conecta todas as outras é a *dissimulação*, visto que o ato de dissimular tanto pode trazer traços da mentira, da vagueza, quando do silenciamento, visto que a *dissimulação* é um:

Aspecto intrínseco ao discurso político. Contrariamente a uma ideia que se expande cada vez mais, o ator político nunca diz qualquer frase. Ele sabe prever três coisas: as críticas de seus adversários, os efeitos perversos da informação midiática e os movimentos sociais que devem tentar antecipar e neutralizar (Charaudeau, 2008, p.261).

Em outras palavras, o discurso político busca expressar aquilo que visa legitimar a aprovação do sujeito político diante de seu público. Por isso se utiliza de estratégias para que suas palavras provoquem aceitação e não rejeição. Esse cuidado em “maquiar a verdade” sempre fizera parte deste jogo do discurso político, e, conforme a exposição do sujeito foi se tornando maior, maior passou a ser o cuidado em proferir as frases de impacto. Os enunciados que melhor seriam recebidos não somente pelo público que ideologicamente se identificaria com suas ideologias, mas também os que melhor poderiam aniquilar os adversários, dialogar (ou não) com os movimentos sociais e, principalmente, ganhar a confiança da mídia.

A mídia, aliás, que a partir dos anos 1970 ganhou uma maior proporção, se massificou, tornou-se um forte mecanismo de poder. Ao passar do tempo, já com o processo tecnológico, quando as mídias digitais se projetam no mundo, o sujeito político aparece mais exposto. Tal exposição passou a regular e disciplinar ainda mais o que devem ser (e como devem ser) proferidos seus discursos. Dessa maneira, além da voz, o político agora passaria a expor também a sua imagem. Eis o que nos diz Courtine (2006):

Indissociável do discurso, a imagem vem qualificar ou desqualificar os conteúdos, medir seus impactos, soldar seus defeitos. Uma das consequências mais marcantes do desenvolvimento de uma tecnologia da comunicação política terá sido de modificar a relação entre enunciação do discurso e espetáculo do corpo falante, em proveito deste último [...]. As tecnologias audiovisuais da comunicação política promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto, da expressão. Elas fizeram do corpo uma objeto-farol, um objeto central da representação política. É como se passássemos de uma política do texto, veículo de ideias, a uma política da aparência, geradora de emoções (Courtine, 2006, p.150).

Courtine nos chama a atenção para o fato de os sentidos não estarem mais reduzidos apenas ao texto. Os sentidos estão nas múltiplas facetas: nos gestos, na imagem e até no não dito. Ou seja, está em todo jogo imagético alimentado pelas tecnologias que contribuem para a promoção dos sentidos presentes neste complexo campo da política.

Deu-se início a *Era* das imagens. A imagem assume maior peso em relação ao texto, o que passou a promover novos dispositivos disciplinares. Pensar nesses dispositivos, aliás, é ter em mente que eles não surgiram do nada, muito menos tiveram início no século XVIII – como se costuma apontar em leituras dedutivistas –, pois “a genealogia dos dispositivos disciplinares pode ser traçada desde muito antes da modernidade, como se pode evidenciar com os mecanismos religiosos medievais de individualização” (Moraes, 2019). Ou seja, as formas de controle são mais primitivas do que podemos supor, elas vêm se atualizando conforme a humanidade foi evoluindo. O campo político cultiva mecanismos de similitudes com o campo religioso. A religião, por exemplo, por séculos, tem sido um forte mecanismo disciplinador, controlando, de certa forma, as ações do sujeito. Em outras palavras, a religião assumiu (e ainda assume, apesar de atualmente ser em menor intensidade) o lugar de Totem⁵ na sociedade, em que os tabus foram criados como ferramentas de manutenção do controle. E assim,

a “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. (Foucault, 1987, p. 119).

Os mecanismos disciplinares se atualizam, repetem fórmulas e imitam-se, apesar de seu campo de atuação ser o mais diverso possível. Nessa perspectiva, o sujeito político tem semelhança com o líder religioso porque cultiva esse discurso de “cuidar do rebanho”, de cuidar do seu povo. É como se a população (eleitores) estivesse sempre esperando um novo

⁵ Na perspectiva psicanalítica, Freud, em *Totem e Tabu* (1913), considera as instituições religiosas um *Totem* poderoso de controle social. Além disso, o psicanalista chama a atenção para a figura do *Totem* nas tribos mais primitivas, o que denota que tais mecanismos sempre existiram alimentados pelos tabus.

Moisés que vai tirar o povo da escravidão em busca de uma *terra prometida*. Foucault em *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France* (1979/2004) chama a isso de *poder pastoral*. A partir dessa esfera, entra a questão do *mito* – espécie de endeusamento de um sujeito capaz de não ser maculado pelo erro, livre de pecado. Tal *heroificação* se dá porque o povo precisa acreditar em algo diferente dele (Carnal). Tudo isso, no cenário da política brasileira, tem raízes na forma como fomos colonizados – mediante a religião como obediência e nunca resistência.

Assim sendo, são diversas as instituições reguladoras, mas elas não são o centro da questão, pois muito mais urgente do que saber suas singularidades, é saber localizar as técnicas que se generalizam e que, por sua vez, originam o que Foucault chama de “sociedade disciplinar”. Para isso, as técnicas são fundamentais, destaque para algumas delas: “1) distribuição dos corpos no espaço e controle temporal das atividades; 2) vigilância hierárquica; 3) sanção normalizadora e 4) exame” (Moraes, 2019, p. 190), pois:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. [...] Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. "Adestra" as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais. (Foucault, 1987, p. 143).

Embora tenhamos a possibilidade da resistência⁶, todas essas técnicas e normas disciplinares visam à adestração social, de modo a criar um rebanho dócil (conforme a concepção do *poder pastoral*) e, portanto, facilmente manipulável. O discurso político muito se utiliza desses mecanismos para alcançar metas, projetando-se como verdade, muitas vezes, irrefutáveis. A disciplina, por sua vez “é um princípio de controle da produção do discurso” (Foucault, 1996, p. 36), e o discurso, especialmente o político, um instrumento de manipulação social. Tais aspectos, portanto, estão diretamente relacionados à forma como fazemos uso da memória e de como observamos o acontecimento discursivo que mais do que factual, é discursivo.

1.2 Memória e acontecimento discursivo

⁶ Para Foucault, (1987), resistência significa não se deixar “adestrar” pelo sistema. Isto é, uma atividade de força que costuma ir de contra as estratégias de forças do campo do poder. Portanto, as revoluções, as contra condutas são exemplo dessas forças que não se adequam às vontades daqueles que detêm o poder. Também fazem deste cenário “a resistência ao policiamento, a caça aos denunciadores, os ataques as sentinelas ou inspetores”. Ou seja, a resistência contra o sistema opressor que visa controlar tudo e todos. Aqueles que se recusam, portanto, a seguirem o sistema são considerados “delinquentes”.

No tópico anterior foi possível observar, dentre outras questões, algumas das estratégias do discurso, especialmente do discurso político que – dentre seus objetivos – busca o convencimento. A memória, dentro deste contexto, pode ser compreendida como uma espécie de “gatilho” do discurso. Em outras palavras, a memória contribui no sentido daquilo que é materializado na produção do discurso. Assim, a memória:

[...] reconstrói-se a partir de lacunas, que são preenchidas pelo imaginário, interiorizado pelo sujeito, através das vivências forjadas nessa experiência do comum. Essas vivências assumem sentido de veracidade, mas não possuem possibilidade de serem remontadas de forma completa, já que têm relações diretas com o esquecimento (Camargo, 2019, p.174).

Para Camargo, a memória, composta de fragmentos do imaginário e das vivências do sujeito, não é formada por um todo. Ela se constitui de partes que necessitam de complemento, uma vez que, o esquecimento é uma das ferramentas que provocam espaços vazios na memória. Esta, por sua vez, funciona como uma espécie de amparo para o que é proferido. Ou seja, ao proferir um discurso, por exemplo, o sujeito se alimenta desses fragmentados da memória. Une os implícitos, decifra os sentidos e, assim, passa a construir aquilo que pode vir a ser exteriorizado, pois:

Na atividade de reconstrução do acontecimento pela memória, o sujeito mobiliza implícitos, sentidos pré-construídos que tendem a reforçar a regularização, pois surtem o efeito de já-lá; no entanto, se desestabilizam pelo sujeito que os resgata na sua enunciação, sempre única (Mutti, 2007, p. 266).

Nessa perspectiva, falamos de uma *memória discursiva*. O discurso, que é forjado pela memória discursiva – uma vez que é constituído de fragmentados preservados –, “tende a uma construção de sentido comum que se encontram e, ao mesmo tempo, chocam-se” (Camargo, 2019, p. 174). O discurso, pois, é constituído de pontos que se conectam e se repelem. Tal irregularidade é fundante da ação discursiva, visto que,

A memória não poderia ser concebida como uma esfera plena cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria sentido homogêneo, acumulado ao modo reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos. (Pêcheux, 1988, p. 56).

Em outras palavras, a memória é um reservatório em ebulição que em qualquer momento pode sofrer rupturas e remendos. Não se trata de um espaço homogêneo, pelo contrário: é móvel, conflituosa, cheia de avanços e retrocessos, “polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 1988). Dessa maneira, a memória discursiva busca imagens e símbolos como alternativas para associação do objeto, pois, de acordo com Pierre Achard (1999), ela encontra na imagem uma fonte de extração de sentido e de significado. Assim, podemos dizer que a memória é construída por meio da verossimilhança (Camargo, 2019), e consolida-se, portanto, através do enunciado e da enunciação que tende a lhe proporcionar

certo sentido de base; afinal, “[...] nas línguas nada acontece sem a memória, nada, nada” (Weinrich, 2017, p.15). A memória é, pois, fundamental no campo discursivo, visto que:

O campo dos acontecimentos discursivos é um conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas: elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito. Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (Foucault, 2008, p. 30).

A memória discursiva, pois, busca extrair significados das imagens e dos símbolos para preencher as lacunas e, dessa maneira, transpõe os sentidos “estando sempre em jogo, sempre ativa e com sentidos deslizantes e mutáveis pelo esquecimento”. (Camargo, 2019, p.175). Assim sendo, a memória discursiva trabalha com a organização do discurso; o que nos leva, conforme o pensamento de Foucault, aos seguintes questionamentos: “segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos?” (Foucault, 2008, p. 30). Ou seja, o que leva um enunciado ser formulado em detrimento de outro? O próprio Foucault⁷ busca responder ao afirmar que o “discurso se opõe à história do pensamento. [...] e] não se pode reconstituir um sistema de pensamento a partir de um conjunto definido de discursos”. No entanto, em tal conjunto, além dos enunciados que fazem parte de sua própria composição, busca-se levar em consideração também

[...] a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo consciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas; de qualquer forma, trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que animado interior a voz que escutamos, de reestabelecer o texto miúdo e invisível que percorrer o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma (Foucault, 2008, p. 30-31).

Há, neste contexto, a ideia de que a formação do discurso pode ser mais complexa do que geralmente supomos. Quando Foucault questiona “segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos?”, ilumina um ponto importante no nosso debate: por que um sujeito discursa sobre um determinado assunto ao invés de discursar sobre outra coisa? Se a memória discursiva se utiliza de imagens e símbolos para que favoreça sentido à formação do discurso, quais os mecanismos disciplinares que controlam ou organizam essa formação? Foucault, nesta citação nos ilumina novamente: chama nossa atenção para a questão de que, num discurso, muitos são os mecanismos envolvidos.

⁷ (2008, p.30)

Ou seja, muitos fatores devem ser levados em consideração, dentre eles, “a intenção do falante”. Por que o falante proferiu tais palavras ao invés de outras? Por que o falante discursou de um jeito mais “polido” para um público enquanto para outro se utilizou de palavras de uso mais comum? É simplesmente *adequação discursiva*, *repetição* ou trata-se de um novo discurso? Para Foucault (2008), como é possível verificar na citação, pode tratar-se de um novo discurso, em que se descobre “a palavra muda, murmurante” que ora reorganiza as linhas do discurso anterior, ora “desarruma-as”; visto que, ainda conforme Foucault (2008), é preciso considerar que toda análise do pensamento tem sempre característica alegórica “em relação ao discurso que utiliza”. Nisso, o que se destaca é a tentativa de descobrir “o que se dizia no que estava dito?”. Para isso, é fundamental a compreensão do enunciado em sua totalidade, sem dispensar nenhum detalhe – até mesmo os implícitos – e sem esquecer-se de levar em consideração todas as situações possíveis. Também, é essencial que se possa “[...] determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado⁸”. Em outras palavras: estar atento a todos os sinais explícitos e implícitos do discurso.

Ao lado desta complexidade sobre a memória discursiva vale apresentar o que seria, pois o acontecimento discursivo? Isto é, o campo dos acontecimentos discursivos possui certa limitação, finitude, visto que discurso é regido pela memória que, através de seus fragmentos, dá corpo ao pensamento. Conforme Foucault (2008) o acontecimento discursivo compreende, especificamente, apenas um dentre outras formas de acontecimento, a exemplo de acontecimentos mínimos (raros, repetitivos), acontecimentos dispersos, verdadeiro, falso, enunciativo, de ordem técnica (política, social...) entre outros.

Para Foucault (2008), dois ou mais acontecimentos discursivos, por mais próximo que um possa parecer do outro, não se repetem. Isto é, por mais que duas enunciações possam ter pontos que dialogam, usadas no mesmo sentido:

[...] não autoriza a que as identifiquemos de maneira absoluta. Ainda que encontrássemos em Diderot e Lamarck, em Benoit de Maillet e Darwin, a mesma formulação do princípio evolutivo, não poderíamos considerar que se tratasse de um único e mesmo acontecimento discursivo que teria sido submetido, através do tempo, a uma série de repetições (Foucault, 2008, p. 161).

Isso ocorre devido a diversos fatores, dentre eles, o autor destaca o fato de que as palavras nem sempre são usadas no mesmo sentido, de forma que possam gerar o mesmo significado nas mais diversas situações enunciativas. Desse modo, “o enunciado não deve ser

⁸ (Foucault, 2008, p. 31)

tratado como um acontecimento que se teria produzido em um tempo e lugar determinado⁹”, pelo contrário: deve ser entendido como um acontecimento produzido em tempo e lugar instáveis, heterogêneos, mutáveis. Assim:

O acontecimento discursivo engloba o embate entre a atualidade e a memória que não estabelece uma recorrência repetível, mas, sim, uma resignificação. Enquanto a memória procura estabelecer uma regularidade enunciativa, o acontecimento discursivo caracteriza-se, contrariamente, como sua irrupção (Mendes, et al, 2019, p. 184).

Ou seja, enquanto a memória faz parte “de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações¹⁰”, e, portanto, com certo grau de regularidade; o acontecimento trafega entre o presente e o passado, uma vez que “o sentido, então, emerge da materialidade discursiva em relação com a história e com o acontecimento, uma vez que a materialidade linguística em si não dá conta do seu sentido” (Santos, 2013, p. 231); o que contribui para sua complexidade.

Assim sendo, os conceitos amplamente estudados neste capítulo, a partir da perspectiva discursiva, funcionam como aporte para que entendamos as idiossincrasias do discurso político que se utiliza da memória, das remissões históricas – no acontecimento discursivo – para ganhar notoriedade. Ou seja: o sujeito político tem uma assessoria que vai fazendo uma pesquisa sobre os temas da atualidade, mas que são recorrentes no tempo. Isto é: a questão da riqueza e da pobreza, a honestidade – valores chamados caros. Dessa forma, as estratégias de manipulação (no sentido de manuseio) da memória são determinantes para gerar lucro (no caso da política, votos); afinal, quanto mais o sujeito político enfatiza em seus discursos os temas “caros” à sociedade (fome, educação, família, religião – por exemplo) – que por sua vez podem evocar maiores fragmentos da memória dentro de um acontecimento discursivo (Foucault, 2008) –, maior poderá ser sua influência sobre o seu público eleitorado.

No próximo capítulo, vamos observar, dentre outros fatores, os elementos que possibilitaram o surgimento do nazismo e o processo de discursivização que alimentaram esse movimento autoritário capaz de mascarar uma personalidade associada à figura de um “herói”; bem como problematizar como tais elementos ainda são utilizados para embasar campanhas políticas na atualidade, a exemplo dos discursos bolsonaristas nas eleições de 2018 e 2022 no Brasil.

⁹ (Foucault, 2008, P. 118)

¹⁰ (Ferreira, 2001, p. 20)

- Capítulo II -
BREVE RETROSPECTIVA SOBRE O NAZISMO E PROCESSO
DE DISCURSIVIZAÇÃO

*O seu ídolo, esse frio monstro, cheira mal; todos eles,
esses idólatras, cheiram mal.*
(Nietzsche)

As palavras têm/exercem poder. Um exemplo disso é a atribuição de valores que nós, seres humanos, damos às coisas. As coisas por si só, são apenas coisas, indefinidas. E essa ‘coisa’ pode ser um indivíduo ou um objeto. Isto é, um indivíduo é só mais um, dentro de um macro olhar, no aglomerado de pessoas, porém, no momento em que se nomeia a esse indivíduo (ou a essa coisa) lhe é atribuído valor, característica, personalidade, sentido. Assim tem sido porque “o homem é que pôs valores nas coisas a fim de se conservar; foi ele que deu um sentido às coisas”¹¹ a partir da nomeação, da caracterização.

Em outras palavras, o discurso é uma “arma” poderosa, sobretudo o discurso político, e como vimos no capítulo anterior, há vários mecanismos que podem ser utilizados para manipular a opinião do outro em prol do ponto de vista daquele que está a discursar. Atribuem-se valores, significados às memórias alheias, de forma que as moldem a favor de alguns, por meio das palavras. Então, memórias deixam de ser somente memórias, coisas deixam de ser somente coisas, pessoas deixam de ser somente pessoas, para serem algo maior, tal como um “ídolo”. Entretanto, é assim que se faz um “herói”? Esta é uma inquietação que nos perseguirá ao longo deste capítulo porque procuraremos, brevemente, compreender os elementos que contribuíram na construção de um dos movimentos mais autoritários da história da humanidade: o nazismo. E como tudo isso auxiliou na construção da figura de um “herói” sobre a essência de um tirano no Brasil em 2018.

2. 1. O pré-nazismo: a construção do inimigo e o surgimento de um “herói”

O nazismo foi um dos movimentos mais autoritários da história da humanidade, culminando em milhares de mortes e de destruição. Mas quais fatores contribuíram para a culminância disso? Segundo Mark Mazower, em seu livro *o império de Hitler: a Europa sob o domínio nazista* (2013), os elementos que favoreceram a criação de ideias nacionalistas

¹¹Nietzsche, 2016, p.69

extremas vão muito além da invasão da Polônia em 1939 ou da “tomada do poder no Terceiro Reich em 1933, tampouco com a criação do Partido Nazista em Munique depois da Primeira Guerra Mundial¹²” (Mazower, 2013, p.53). Trata-se de uma ideia muito mais longínqua: o desejo de se construir uma Grande Alemanha.

Ainda conforme o autor, as ocorrências entre 1938 e 1945 compõem o capítulo final do movimento, visto que o sonho de elevar o país, e por consequência a sua nação, a patamares superiores alimentava o espírito de muitos alemães. Isso, de acordo com Bertonha¹³ (2009, p. 239), contribuiu na construção de mitos da Alemanha nazista. Um desses mitos estaria na ideia de um “estado mais eficiente que já existiu, já que combinava a tradicional eficiência e organização alemã com o sistema político nazista, o qual seria completamente hierárquico e centralizado”, substituindo, portanto, a anarquia da sociedade liberal democrática (Bertonha, 2009). Ou seja, mecanismos foram criados ao longo de décadas para um objetivo: concentrar o poder de forma a garantir a realização do sonho de se construir uma grande Alemanha, desejo este, aliás, surgido bem antes do século XX:

O verdadeiro espírito de 1848 havia vencido, e os próprios deputados com seus sonhos de uma Grande Alemanha tinham aberto o caminho para o desastre do nazismo. Nenhum grande abismo, argumentava ele, separava os liberais alemães do século XIX dos nacional- -socialistas do século XX: o amor à nação e o ódio aos eslavos eram compartilhados pelos dois grupos. O ano de 1848 foi o momento em que o nacionalismo parlamentarista alemão revelou pela primeira vez sua capacidade de destruir a paz do continente (Mazower, 2013, p. 54).

Conforme Mazower, na década de 1848 (ainda no século XIX, certos conflitos, especialmente com os eslavos), o espírito de conquista alemão acentuava-se e ganhava contornos mais firmes, principalmente entre os homens políticos. Isso abriu a possibilidade para que, já no século XX, não houvesse “nenhum grande abismo” que pudesse separar liberais (do século XIX) e socialistas (do século XX), visto que o nacionalismo exacerbado e a não aceitação aos eslavos – quando em conjunto com outros fatores (a exemplo de crises econômicas e diplomáticas) – os unia. Logo, as divergências políticas que foram surgindo ao longo das décadas não tinham mais como serem debatidas, solucionadas apenas “entre reis e diplomatas, pois agora envolviam as aspirações de povos inteiros – aspirações cada vez mais definidas em termos de terra, idioma e sangue” (Mazower, 2013, p. 54). Assim, apareciam os primeiros sinais da capacidade alemã de destruir a calmaria do continente em prol de um projeto de elevação da nação. Ou seja, o desejo pela valorização do nacionalismo fora suplantado no povo (dentre outras maneiras, pelos mecanismos de controle e, especialmente,

¹² Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

¹³ João Fábio Bertonha (2009)

pelo convencimento; isto é, pela discursivização). Tal sonho seria conquistado a qualquer custo, mas até alcançar o triunfo a demora seria longa.

O século XX marcaria então grandes conflitos capazes de produzir as maiores babáreis da história da humanidade enquanto civilização. Um exemplo foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), causando profundas depressões que culminaria em outra grande guerra décadas depois, a Segunda Guerra Mundial, visto que, apesar da Primeira Grande Guerra ter findado em 1918, resquícios de termos práticos, econômicos e políticos continuariam conflitantes pelas décadas de 1920. Como exemplo, podemos citar alguns eventos: em 1919 foi transferida a sede do governo alemão de Berlin para Weimar. Tal fator auxiliou a elaboração de uma nova Constituição, a qual colocava em vigor algumas pautas como “o voto feminino, alguns direitos trabalhistas, jurídicos, que vieram a inspirar muitas outras Constituições liberais no século XX” (Sousa, 2010, 158). O problema, no entanto, era que:

A nova Constituição promulgada em agosto de 1919 trazia consigo algumas falhas que viriam a ser utilizadas por golpistas e nazistas. Ela continha uma cláusula em que, nos momentos de crise ou ausência da maioria parlamentar, o Parlamento poderia ser dissolvido pelo Presidente que escolheria um novo Chanceler. Some-se a isso o fato de que os militares tinham status diferenciado na hierarquia da República, não apenas pelos bravos feitos de guerra, mas também pelo esmagamento da liga comunista. Esses dois fatores em conjunto tornaram a República alemã ambígua e frágil, embora fosse bastante democrática, era também suscetível a golpes de Estado (Sousa, 2010, p. 158).

As tentativas de golpes se intensificariam durante a década de 1920, como a ocorrida em 1923, a qual ficou conhecida como o *Putsch* da cervejaria de Munique, liderada por ninguém menos que Adolf Hitler (Sousa, 2010). Nesse período, ocorreram muitas oscilações econômicas, a exemplo das disparidades entre o dólar e o marco, o que obrigava reajustes constantes de salários da classe trabalhadora, culminando em uma séria crise na economia. A crise de 1929, na Alemanha, que “agravou os resultados da hiperinflação de 1923: segundo Hobsbawm, arruinara a pequena burguesia de modo a torná-la apta para apoiar a emergência do nazismo” (Goggiola, 2015, p. 27). Essa crise chegou a níveis extraordinariamente preocupantes. A burguesia insatisfeita com a situação precária para a qual era dirigida começou a apoiar os discursos – que inicialmente havia ganhado a classe operária com sua discursividade mascarada de ideais socialistas –, de Hitler, que a essa altura começava a ganhar fôlego. E assim:

Nas condições sociais criadas pela crise econômica mundial, que determinaram um novo papel para o Estado na estabilidade da ordem capitalista, o nazismo adquiriu características peculiares e insuspeitas, inclusive num movimento de extrema reação política, bem que inicialmente inspiradas no “Estado corporativo” de Mussolini. Houve sem dúvida um vínculo entre a crise econômica mundial e a ascensão dos fascismos na Europa. Se, entre 1918 e 1933, a Alemanha foi o ponto crítico da estabilidade econômica e política no velho continente, a partir da última data ela

virou o centro da contrarrevolução anti-bolchevique e o motor da Segunda Guerra Mundial. As forças políticas mundiais se realinharam em função do nazismo (Coggiola, 2015, p. 27).

Conforme a crise econômica se intensificava, mais a urgência para o aparecimento de um “salvador” da pátria ficava evidente. O partido nazista, dentre outros fatores, surge dessa necessidade também. Partido este, aliás, que nasce com o nome de “Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães”, uma vez que a classe trabalhadora, na época, era a mais atingida pela inflação e pelo desemprego.

Dessas urgências, eleva-se o senso de patriotismo, de nacionalismo, de hegemonia da raça. Porém, ao ganhar popularidade e ser eleito em 1933, “a primeira medida de Hitler foi colocar os sindicatos na ilegalidade” (Sousa, 2010, p.170). De todo modo, o inimigo já havia sido criado e as ações ocorridas até 1939 preparavam a explosão, que seria a Segunda Guerra Mundial: a humilhação sofrida pela Alemanha com o Tratado de Versalhes (logo após a Primeira Guerra Mundial), a crise econômica com a hiperinflação de 1923-1929, a crise da democracia liberal (entre outros), que culminou no surgimento e expansão de movimentos autoritários pela Europa, a exemplo do fascismo italiano e o nazismo alemão.

Com o discurso de valorização da raça alemã e de construção do *lebensraum* “espaço vital”, Hitler se fortalecia, dando início ao expansionismo territorial, a exemplo da invasão da Polônia em 1939, com o objetivo de “aumentar a área sob controle alemão para se tornar autossuficiente e resistir à pressão do inimigo, permanecendo assim fiel ao ideal do século XIX de expandir fronteiras para garantir a segurança” (Mazower, 2013, p. 668). Tanto que “no final de 1942, a Alemanha ocupava aproximadamente um terço da massa continental europeia e governava quase a metade de seus habitantes. A suástica tremulava nas ilhas do canal no oeste e do norte da Noruega até o Saara” (Mazower, 2013, p. 276), pois, “Para Hitler, essa era a essência de uma política. A Europa só existia para atender aos interesses da Grande Alemanha¹⁴”. A Alemanha agora passaria a ser superior porque o seu povo seria rebatizado como superior; uma raça acima das demais. O discurso autoritário, disfarçado de patriotismo, exercia sobre as pessoas – pessoas essas que temiam uma nova inflação, que temia o desemprego, e, principalmente a classe média, a miséria – um imenso poder de aceitação, pois agora tinha um “herói” para defendê-la dos inimigos que as ameaçam ao declínio; uma vez que “a base social sobre a qual o nazismo se apoiou para a sua ascensão foi a pequena-burguesia, arrasada e pauperizada pela crise” (Coggiola, 2015, p. 28), pois:

¹⁴ Moda Longchamp, 1941 (Roger-Viollet/Topfoto), apud Mark Mazower, 2013, p.44.

Os pequenos burgueses desesperados pela crise viam no nazismo, antes de tudo, uma força que combatia o grande capital, e acreditavam que, diferentemente dos partidos operários, que trabalhavam com a palavra, o nazismo utilizaria os punhos para impor mais "justiça" (Coggiola, 2015, p. 31).

Em períodos de crises, o desespero coletivo se alarga. A história, por sua vez, tem mostrado que são nesses períodos de catástrofes, sobretudo econômicas, que discursos autoritários e de conservadorismo se projetam. Isso ocorreu no século XX, como forma de suplemento ao Nazismo-fascismo, já que:

Para o historiador Eric Hobsbawm, o colapso econômico entre as guerras produziu o fascismo e, sem a crise, não teria havido um Hitler. Hobsbawm (1995, p. 133) afirma categoricamente que, não fosse a grande depressão causada pelo crash da bolsa em 1929, o fascismo não teria se tornado muito significativo na história do mundo, uma vez que a depressão “transformou Hitler de um fenômeno de periferia política no senhor potencial, e finalmente real, do país”, período esse descrito por Hobsbawm como “a queda do liberalismo” (Sousa, 2010, p. 164).

Ou seja, a crise fora o motor para a aceitação dos discursos de Hitler. Sem a existência da ameaça, Hitler provavelmente não teria alcançado a popularidade e, especialmente, a aceitação que alcançou. Uma vez que se aproveitava da ameaça vigente, e prometia “salvação”, estava condecorado o “herói”. O tirano, sob a pele de “salvador”, reinava e se tornava o “Messias” tão aguardado pela população necessitada de uma Alemanha que sonhava em ser Grande. No Brasil, as recessões econômicas do ano de 2014 serviram de estopim para pedido de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff – golpe conseguido no ano de 2016. Tal ocorrência, direta e indiretamente, contribuiu para o cenário político das eleições de 2018, período em que se deu origem ao “mito” Bolsonaro, como veremos a seguir.

2.2. Na eleição de 2018: o “mito” Bolsonaro

No primeiro tópico deste capítulo, percorremos por alguns dos fatores históricos e de memórias que direta e indiretamente contribuíram para o surgimento de um “herói”, personalidade tal que arrastaria a população alemã para o centro de um dos movimentos mais devastadores da história, o nazismo. As impressões desse período estão nos livros, nos filmes de época, nos jornais e, também, direta e indiretamente, em nossa memória. E nossa memória histórica é acessada todas as vezes que algo (e/ou algum evento no presente) semelhante vem à tona, porque:

A memória traz invariavelmente para o centro da análise uma dimensão subjetiva ao traduzir o passado na primeira pessoa e a ele devotar uma determinada lembrança: daquele que a produz. Assim, ela recupera o “presente do passado” e faz com que o passado vire também presente (Schwarcz, 2019, p.16).

Ou seja, o passado, que poderia ser apenas uma distante lembrança, ao ser inferido (através de um discurso, por exemplo), deixa de ser longínquo para tornar-se parte do presente. Isto é, discursos autoritários no presente podem despertar memórias históricas de

discursos autoritários que foram proferidos no passado. Quando isso ocorre, segundo a compreensão das palavras de Schwarcz, passado e presente se confundem e qualquer semelhança deixa de ser mera coincidência. Isso, em linhas aproximativas, aconteceu no Brasil nos anos de 2018 e 2022.

Nos anos anteriores ao de 2018, uma série de eventos ocorreu no Brasil. Tais eventos contribuíram para o sério abalo no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, resultando no processo de *impeachment* no ano de 2016:

Com certeza, os protestos de 2013 e a crise política que se agravou com o impeachment da presidente Dilma, bem como os escândalos do Mensalão e da Lava Jato, impactaram negativamente a imagem dos políticos, de uma forma geral, e foram responsáveis por um ambiente generalizado de desconfiança (Schwarcz, 2019, p. 189).

Dentre os muitos fatores que abriram possibilidades para esse desfecho estão os escândalos envolvendo recursos públicos e a severa recessão econômica pela qual o Brasil, assim como outros países, vinha passando. Um dos motivos, aliás, que fizeram com que as pessoas fossem às ruas – visto que a mídia anunciava às largas o alarmante número de desemprego, a alta na inflação e os possíveis escândalos do governo. A mídia, conhecedora de seu poder de influência sobre as massas, acelerou decisões; o que preparou o “terreno” para que os discursos nada democráticos do ex-presidente, e na época candidato, Jair Messias Bolsonaro ganhasse popularidade e, consequentemente, adeptos; uma vez que:

Em países de tradição autoritária, a crise é capaz de fazer reviver e de renovar histórias de mais longo curso, de desrespeito às leis, descrença nas instituições e que sinalizam saídas dogmáticas e que se apresentam como as “salvadoras da pátria” (Schwarcz, 2019, p. 189).

As palavras de Lilia Mortiz Schwarcz reforçam as de Hobsbawm (1995) *apud* Sousa (2010), como foi possível observarmos no primeiro tópico deste capítulo, onde os autores afirmam que sem as crises, econômica em especial, não teria havido, provavelmente, Hitler. Ou seja, Hitler não teria ganho popularidade e aceitação para chegar ao poder. Não assusta dizer que, sem a recessão econômica dos anos anteriores a 2018, provavelmente não teria havido Bolsonaro. Isso porque, no geral, é nas crises que vozes oportunistas se projetam como “salvadores”, “heroicas” e “mitológicas” de uma pátria e nação (Mazower, 2013).

São nesses momentos turbulentos que discursos de cunho autoritaristas, mascarados de lemas que visem a “salvação”, a “reorganização” da pátria e de seu povo, passam a ser proferidos em larga escala, cujo objetivo é o de conquistar adeptos e defensores daquilo que é proferido, criando, assim, uma rede de apoio e personificando indivíduos em projeto de “deuses” e/ou “heróis”. Isso correu em 2018, Jair Messias Bolsonaro (filhado ao Partido

Social Liberal – PSL) proferia, aos ouvidos de um público desesperado com a crise, o lema “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” e título “O caminho da prosperidade”, demarcando, portanto, sua personificação como aquele que iria livrar o Brasil da miséria e da corrupção. Afinal, seu plano de governo propunha uma gestão “decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios” (Bolsonaro, 2018). O fato, porém, é que esse tipo de discurso não nenhum pouco autêntico. É algo típico da extrema-direita, que costuma utilizar-se dos momentos de fragilidade enfrentados pelos países para se projetarem.

A extrema-direita brasileira, de acordo com Secco (2022), descende dos movimentos europeus do século XX, visto que:

As primeiras organizações da extrema-direita brasileira são contemporâneas da ascensão dos movimentos europeus de índole idêntica nos anos 1920. Na década de 1930, elas se massificaram. [...]. Também atuaram no Brasil três mil membros do Partido Nazista alemão. Na eleição presidencial de 1955, o integralista Plínio Salgado recebeu cerca de 8% dos votos. Os integralistas eram tolerados pelas autoridades mesmo quando se envolviam em ações ilegais e muitos foram oficiais superiores das Forças Armadas que participaram ativamente do golpe de 1964 que derrubou o Presidente de centro-esquerda João Goulart, embora ele fosse um moderado (Secco, 2022, p. 41).

Na década de 1960, a extrema-direita ganhou força, com o regime militar intensificado em 1964. No entanto, em 1970, “a ditadura militar enfrentava perda de apoio em função do choque do petróleo, da inflação e da política dos direitos humanos de Jimmy Carter nos Estados Unidos” (Secco, 2022, p. 42). Ou seja, a extrema-direita se recolhia, enquanto a nova esquerda, apoiada nos eventos sociais rurais urbanos, ganhava força. Por essa época, Bolsonaro era somente uma aspirante ao oficialato, mas ao longo do tempo foi adentrando no universo político, promovendo:

Forças Armadas e policiais como sinônimo de ordem e vítimas dos políticos. Todavia, desrespeitou pilares básicos do militarismo: a hierarquia e a disciplina. Sua atuação contra seus superiores, em favor da melhoria salarial da corporação militar, tornou-se pública em 1987, quando deu entrevista em defesa do aumento salarial de oficiais militares, ameaçou colocar bombas em quartéis e foi preso por indisciplina (Secco, 2022, p.43).

Já em seus passos iniciais, Bolsonaro demonstrava sua posição autoritária, como se seus discursos e ações fossem movidos por impulsos que nem ele próprio poderia controlar. No entanto, os temas considerados polêmicos à sociedade brasileira ganharam centralidade nos seus discursos de campanha, o que contribuiu para a identificação de um público que compartilhava do mesmo ponto de vista (ou de um ponto de vista mais ou menos aproximado) do candidato.

Críticas ligadas às causas LGBTQIAPN+, indígenas, feministas, entre outras minorias representativas, estiveram no foco da campanha bolsonarista que, com base no lema “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, trazia sob a ótica da religião o preconceito (outrora mascarado) de forma ampla e aberta. Essa era uma via ideológica utilizada na campanha de 2018 e ampliada na de 2022. Entre 2019, ano em que Bolsonaro assumiu a presidência, e 2022, a ideologia bolsonarista, de vertente direita-extremista, tomou fôlego no Brasil, criando, assim, o bolsonarismo - um “alinhamento ideológico de direita no Brasil, baseado nos posicionamentos políticos de seu líder, Jair Bolsonaro, e altamente consistente com sua base central (core), que constitui aproximadamente 20% da população brasileira” (Rennó, 2022, p. 147). Alinhamento ideológico esse, muitas vezes, baseado em questões duvidosas e antidemocráticas.

O fato, porém, é que através de um discurso político, que prometia alavancar a economia brasileira, a supervalorização da família tradicional e o enaltecimento do patriotismo, por exemplo, Bolsonaro conquistou o afeto de um grande público eleitorado, transformando-se em um “mito”; no Messias enviado por Deus para proteger a nação. Logo:

Por meio de sua retórica crítica à esquerda e embasado em um projeto conservador, voltado para a defesa de princípios tradicionais, como família, pátria e propriedade, Bolsonaro atraiu o apoio de um conjunto de eleitores que compartilham seus ideais e ideias e que estavam profundamente insatisfeitos com os partidos que governaram o país nas últimas décadas, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT) (Rennó, 2022, p.147).

Principalmente com o Partido dos Trabalhadores (PT) porque justamente esse partido contribuiu na construção de bases que favoreceram melhorias na vida das classes mais pobres do país, na resignificação dos direitos de gênero, classe e raça, entre outros. Ou seja, o Partido dos Trabalhadores trabalhava numa perspectiva contrária à da ideologia da extrema-direita. No entanto, sabe-se que estão implicadas questões para além dessas que foram pontuadas. Ocorreu nos últimos anos uma perigosa onda de conservadorismo, colocando em risco os direitos há muito conquistados; ferindo, muitas vezes, a própria constituição. Dessa forma:

A emergência dessa onda de governos conservadores, que inundaram a política contemporânea, não se limita a retornar ao passado, nem funciona como mera reencarnação dos fascismos e populismos perdidos na história da primeira metade do século XX. O certo é que se trata de fenômeno tão moderno como complexo. Os populismos de agora abusam das novas formas de comunicação virtual com a justificativa de que não precisam de intermediários para se dirigirem ao povo; não têm nenhum escrúpulo em manipular e explorar fake news como se fossem verdades comprovadas; vendem para si uma imagem de lisura e correção na gestão do governo, tratando de obliterar seus próprios maus exemplos; acusam os demais de corrupção, não estando eles distantes dessa prática; se autodenominam como “novos” quando estão fazendo tempo na política e vivem dela; abusam de mensagens

moralistas apoiando-se fortemente em conceitos como religião, família e nação. Na opinião do filósofo político Ruy Fausto, estamos diante de um “novo regressivo”, que garante opressão e exploração do presente, reativando formas que já pareciam ultrapassadas (Schwarcz, 2019, p. 187).

Em outras palavras, esses governos conservadores se utilizam de mecanismos (em sua maioria, pautados em preconceitos e preceitos ideológicos distorcidos) para arquitetarem discursos que vão provocar polêmicas na sociedade e, por sua vez, a aceitação de um largo público eleitorado. Ou seja, discursos políticos que se baseiam no compartilhamento de notícias e ideias duvidosas. No período das eleições de 2018 e 2022, as fake news foram compartilhadas e tomadas como verdades irrefutáveis entre membros do bolsonarismo. Estava, portanto, consolidada a personificação de “ídolo” de Jair Messias Bolsonaro: o “herói” que polarizou o país e dividiu a nação, promovendo atos de extremismos e ações com características fascistas, além da tentativa de enfraquecer a democracia através dos inúmeros ataques à constituição brasileira. Todavia, nenhuma crise pode ser solucionada com discursos de ódio e atos antidemocráticos; pelo contrário:

A saída para a crise que experimentamos desde 2013 só pode vir de um pacto constitucional amplo e democrático, firmado com os múltiplos setores da sociedade, por meio da progressiva implementação de direitos num país tão desigual como o nosso, e do fortalecimento institucional (Schwarcz, 2019, p. 192).

Extinguir a desigualdade e fortalecer as instituições democráticas, como bem coloca Schwarcz, são as melhores armas que podem ser usadas para evitar novos eventos como os de 2018 (e também de 2022), para evitar que tiranos, disfarçados de o novo Messias, sejam coroados como “ídolos”, “heróis” ou “mitos”; afinal, “o desafio do brasileiro é imenso. Será necessário combater a desigualdade e a intolerância social, cultural e religiosa; contestar atos administrativos que atentem contra a nossa democracia e a ameaçam”. (Schwarcz, 2019, p. 193). Em outras palavras, não pode mais haver espaço para discursos de ódio, de segregação, de autoritarismo e muito menos para ataques à democracia.

No próximo capítulo vamos analisar de modo mais incisivo como tais aspectos são materializados no período do governo Bolsonaro em, pelo menos, três momentos distintos.

- Capítulo III -
NA CONFLUÊNCIA DE MATERIALIDADES MIDIÁTICAS:
ELEMENTOS SIMBÓLICOS DO NAZISMO NOS 4 ANOS DO
GOVERNO BOLSONARO

Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.
(Lavoisier)

Revisitando Camargo (2019), entendemos que para conseguirmos transpor os sentidos de um discurso, buscamos entender o jogo de imagens e símbolos, a fim de preencher as lacunas da nossa memória discursiva, isto é, revisitar nossas memórias em busca de significados a partir das nossas vivências e experiências do comum.

Ao vermos o símbolo da paz, criado por Gerald Holtom em 1958, instantaneamente, nos vem à cabeça a famosa frase “paz e amor”, e não somente isso. Conseguimos refletir sobre o contexto histórico da década de 60, que foi marcada pelo movimento *hippie*, e pedia pelo fim do armamento nuclear e cessação da guerra no Vietnã. Deste modo, através de fragmentos preservados, conseguimos construir um sentido a partir de um(a) imagem/símbolo. Da mesma forma, ao vermos a imagem da suástica, por exemplo, recordamos um dos períodos mais cruéis e desumanos da história mundial, esse símbolo, em específico, carrega consigo ódio, intolerância, antissemitismo e nacionalismo exacerbado.

Neste capítulo, partimos da discussão do termo “*dog whistle politics*” (política do apito canino), conforme o *Safire's Political Dictionary* (2008), de William Safire, sob uma análise discursiva de seu uso, que se faz importante para compreender os discursos políticos da era do bolsonarismo que serão analisados aqui. Para Safire (2008), a política do apito canino caracteriza-se como:

A presença de mensagens incorporadas a discursos que parecem inocentes para uma audiência geral, mas que ressoam com um grupo específico presumido para recebê-las [...] O apito canino político pode ter derivado do uso do termo pelo analista Richard Morin, diretor de pesquisas do *The Washington Post*, quando observou em um artigo de 1998 que “mudanças sutis na formulação de perguntas às vezes produzem resultados notavelmente diferentes” os pesquisadores chamam isso de “Efeito do Apito Canino”: Os respondentes ouvem algo na pergunta que os analistas não. (Safire, 2008, p. 109, tradução nossa).

Assim, a política do apito canino refere-se a um discurso interpretativo, destinado a um grupo presumido de indivíduos dentro da sociedade que conseguem decodificar as

entrelinhas neste interdiscurso; a origem do termo refere-se ao objeto comumente chamado de *apito canino*, que emite um som apenas audível aos ouvidos dos cães e é quase insignificante à audição humana (Barbosa; Reynaldo; Santos, 2021).

Dentro do cenário político, o apito canino é um ato de alienação de uma parte do público geral. O pesquisador aponta esse fenômeno como “uma forma de enviar uma mensagem a certos potenciais apoiadores de modo a torná-la inaudível a outros, a quem poderia alienar” (Goodin, 2008, p. 224). Dessa maneira, o discurso de apito canino vem sendo utilizado por políticos em situações em que o mesmo requer apoio para uma política impopular perante a sociedade, mas que é importante para uma minoria que constrói sua base eleitoral (Barbosa; Reynaldo; Santos, 2021). Dessa forma, ao usar as manobras do apito canino, o político consegue emitir uma mensagem subliminar que passa despercebida pela maioria do público que não compactua de sua formação discursiva.

Goodin (2008) aponta que esse tipo de discurso não é saudável para a democracia, visto que, diante de um cenário político, é de extrema importância que o eleitorado saiba e seja informado, minuciosamente, sobre aquilo em que estão votando. O pesquisador também ressalta que uma política baseada em apitos caninos está fadada ao fracasso, em primeiro plano, porque as ideias não foram compreendidas de forma genuína pela maioria da população, e em segundo plano, porque esse tipo de política não terá apoio suficiente para pôr em prática suas promessas eleitorais. (Goodin, 2008, p. 224).

Durante os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, foram incontáveis as vezes em que ele e seus apoiadores fizeram uso do apito canino para propagar mensagens que flertam com o discurso nazista. Neste capítulo, daremos ênfase à 03(três) movimentações simbólicas: 1) a prática de beber copo com leite durante *lives* veiculadas nas redes de mídias sociais; 2) a publicidade do ministério da cultura que remete a Joseph Goebbels; 3) a publicação da SECOM que faz alusão ao campo de concentração de Auschwitz.

Considerando o discurso nazista como aquele que fere os direitos humanos e segue os atos/ações discursivas de Adolf Hitler, que propagava o extermínio das minorias (Vieira; Ramos, 2022, p. 336), analisaremos brevemente, como as falas de Jair Bolsonaro se construíram ao longo de sua carreira, como sujeito político, sob as sombras da suástica do discurso nazista.

Antes de ser eleito presidente da república, ainda em 2016, houve o primeiro episódio público, que viria a se tornar uma série de discursos marcados por ódio do até então deputado Jair Bolsonaro. O mesmo declarou em TV aberta durante a sessão do plenário que votava pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff e que seu voto era a favor da condenação e

dedicado “em memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. O militar citado por Bolsonaro, foi um dos responsáveis pelas torturas realizadas durante a Ditadura Militar do Brasil, e essa fala endossa a tese de que Ustra teria sido torturador da Dilma. Conforme Brum, Ustra foi o único torturador brasileiro a ser reconhecido pela justiça. Sob o comando dele pelo menos 50 pessoas foram assassinadas e outras centenas torturadas (Brum, 2019). No ano de 1999, como deputado federal, Jair Bolsonaro disse explicitamente ser “favorável à tortura” (Magalhães, 2019, p. 125).

Durante a corrida presidencial de 2018, algumas falas de Jair Bolsonaro, da época em que o mesmo era deputado federal, voltaram a circular nos aplicativos de mídias sociais, acarretando ao candidato à presidência da república, uma notória popularidade por disseminar discursos de ódio de uma forma banalizada. Ao proferir discursos agressivos mascarados como sendo a palavra de Deus, Bolsonaro formou seu capital eleitoral reunindo grupos extremistas de direita (principalmente do Sul do país), conservadores, religiosos e inimigos do “fantasma” do comunismo, que disseminavam os discursos do candidato à presidência nas mídias sociais como se fossem robôs.

Dentre as falas de Bolsonaro, que viralizaram nas redes sociais durante a campanha eleitoral, destacaremos duas, proferidas em 2017, em um discurso oficial.

- “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada e aí veio uma mulher” ;
- “Fui num quilombola em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava 7 arrobas. Eu acho que nem para procriador ele serve mais”.
(Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>)

É notável como Jair Bolsonaro usa o discurso para degradar as posições sociais do homem negro e da mulher, impondo implicitamente a posição de poder e soberania do homem branco. A proposição de Bolsonaro ter discursos com características nazistas foi assumida por especialistas, que, dentro de suas experiências do comum, conseguiram fazer comparações com o discurso nazista de Hitler, por abordar temas como a ameaça da integridade dos negros e índios, perseguição aos homossexuais e desqualificação da figura feminina, tal como Hitler fazia na Alemanha com os judeus, ciganos e homossexuais. Para Dias (2020), antropóloga e pesquisadora sobre neonazismo no Brasil, há 15 anos, o discurso de Bolsonaro é da mesma natureza que o de Hitler.

Antes de ser eleito presidente, em março de 2018, Bolsonaro aconselhou a criação de campos de refugiados no Brasil, na intenção de conter o número de imigrantes venezuelanos que tentavam refúgio político no Brasil (Gazeta do povo, 2018), que foram construídos sob o comando de Hitler, na intenção de cometer o genocídio judeu. Conforme Alessi e Hofmeister (2020) “A sombra da suástica nazista avançava no Brasil de Jair Bolsonaro, empoderados pelo discurso racista, anticomunista, armamentista e LGBTfóbico do presidente, grupos radicais de extrema direita e de inspiração hitlerista proliferam nas redes”.

Nota-se que o discurso de Jair Bolsonaro, mesmo antes de ser eleito presidente do Brasil, foi construído sob preceitos que ferem os direitos à igualdade e que flertam com o discurso nazista. Tal discursividade, com nuances nazistas, intensificou-se em simbologias midiáticas que sucederam sua eleição em 2018, como iremos analisar nos tópicos a seguir.

3.1 O leite como símbolo da “pureza étnica”

Neste tópico, analisaremos como uma das principais simbologias eugenistas fez-se presente durante o governo Bolsonaro. Sob à luz de Diwan (2007), o ideário da teoria eugenista baseia-se na purificação e aperfeiçoamento da raça, na evolução do indivíduo na intenção de tornar-se superior a outro, o termo foi criado em 1883 pelo cientista Francis Galton, e tem como significado “bem-nascido” (Galton, 1973). O autor complementa que o berço da teoria eugenista se fez no século XIX, época marcada pelo cientificismo exacerbado, na qual procuravam-se justificativas científicas para embasar explicações sobre qualquer problemática.

A teoria eugenista buscava retificar a superioridade racial dos brancos, apropriando-se, por exemplo, de teorias como a da evolução de Darwin (1859) “[...] só os mais bem adaptados sobrevivem, a permanente competição e a conclusão de que os mais bem ‘equipados’ biologicamente têm maiores chances de se perpetuar na natureza [...]” (Diwan, 2007, p. 30), deste ponto de partida, eugenistas como Hitler, pregavam que as raças superiores (ariana/nórdica) prevalecem e são mais fortes na natureza. Este processo de discursivização é visto na imagem a seguir:

Figura 1 - Bolsonaro e seus partidários bebendo leite durante live presidencial



Fonte: Revista Fórum Online. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/politica/2020/5/29/copo-de-leite-bolsonaro-usa-simbolo-nazista-de-supremacia-racial-em-live-76033.html>

Juntamente com o darwinismo social, a teoria eugenista serviu como base para políticas que buscavam controlar ou até mesmo exterminar as classes mais pobres, tidas como não dignas de repassarem suas heranças genéticas, constituindo um dos braços do colonialismo europeu, mas também respaldando as políticas de controle das populações nas grandes metrópoles dos impérios da Europa, como Londres; dos Estados Unidos e também do Brasil (Paula; Lopes, 2020). Segundo as autoras, no Brasil, a eugenia foi e ainda é incentivada desde 1918 contra imigrantes nordestinos que iam para o sudeste e imigrantes de outros países. Um caso recente que nos faz refletir sobre a eugenia contra os nordestinos aconteceu durante as eleições de 2022, após a apuração das urnas demonstrarem a vitória unânime do candidato Lula em todos os estados do nordeste, perfis e páginas de extrema direita proferiram ofensas e mensagens de ódio destinado aos nordestinos nos aplicativos de mídias sociais.

Durante a campanha de Jair Bolsonaro, o mesmo declarou ser “em defesa de um programa institucional de controle de natalidade, com foco nos menos privilegiados” referindo-se a população mais pobre e menos instruída, como se eles não fossem dignos de gerar filhos, podemos observar esse posicionamento de forma mais clara em três falas do ex-presidente Bolsonaro apud Paula; Lopes (2020, p. 38-39):

- “Devemos adotar uma rígida política de controle da natalidade. Não podemos mais fazer discursos demagógicos, apenas cobrando recursos e meios do governo para atender a esses miseráveis que proliferam cada vez mais por toda esta nação” (1992);
- “Não adianta nem falar em educação porque a maioria do povo não está preparada para receber educação e não vai se educar. Só o controle da natalidade pode nos salvar do caos” (2008);
- “Defendo a pena de morte e o rígido controle de natalidade, porque vejo a violência e a miséria cada vez mais se espalhando neste país. Quem não tem condições de ter filhos não deve tê-los” (2010).

Nota-se que o discurso eugenista de Bolsonaro está atravessado por regimes de exclusão, mais especificamente, o racismo estrutural, associando a população pobre e negra à criminalidade. Com esse pensamento, é possível associarmos que, para Jair Bolsonaro, a solução para erradicar a violência e a miséria no Brasil seria através do controle de natalidade e a pena de morte desses indivíduos, refletindo uma política conceituada nas premissas eugenistas. De acordo com Paula e Lopes (2020):

A família Bolsonaro segue a teoria da eugenia e propõe práticas autoritárias e discriminatórias como política nacional desde antes de Jair Messias Bolsonaro ser eleito e assumir a presidência. Aliás, o discurso eugenista de higienização do país foi um dos argumentos constantes da estratégia política que o levou ao cargo máximo do Governo. (Paula; Lopes, 2020, p.28)

Em 2020, Bolsonaro chamou atenção ao tomar um copo de leite puro, (figura 1), durante uma de suas inúmeras *lives* presidenciais; o gesto é tido como a representação simbólica da supremacia eugenista. As teorias supremacistas do século XX defendiam que negros tinham intolerância à lactose e que “o leite era um símbolo da pureza e dos valores elevados dos arianos”. (Comentário de Ale Santos para a revista Fórum: 2020).

Coincidência ou não, esse gesto do ex-presidente coincidiu com o momento em que os Estados Unidos passavam por uma forte onda de protestos contra a violência policial praticada contra negros (em decorrência do assassinato de George Floyd). Nemer, um estudioso sobre o bolsonarismo, declarou na sua página do *twitter*:

Nacionalistas brancos (que) fazem manifestações bebendo leite para chamar a atenção para um traço genético conhecido por ser mais comum em pessoas brancas do que em outros – a capacidade de digerir lactose quando adultos. É uma tentativa racista para se embasar em “ciência” para diferenciar e justificar a “raça branca”. Mas como já provado e explicado por toda ciência: Não há evidência genética para apoiar qualquer ideologia racista. O que há, é na verdade, um governo tosco e motivado pelo ódio (Nemer, 2020, Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2020/5/29/copo-de-leite-bolsonaro-usa-simbolo-nazista-de-supremacia-racial-em-live-76033.html>)

Para Dias (2020) “O leite é o tempo todo referência neonazi. Tomar branco, se tornar branco [...] Ele - Bolsonaro - vai dizer que não é, que é pelo desafio do leite, mas é um jogo de cena”. Tal jogo de cena explanado por Dias, pode ser refletido como uma política de apito canino, o gesto de beber o copo com leite para muitos indivíduos não têm nenhuma significância, enquanto que para os grupos supremacistas, esse ato de Jair Bolsonaro soa como apoio à teoria eugenista e a simbologia racista do copo de leite. Nemer (2020) explica:

Bolsonaro faz a política do apito de cachorro [do termo em inglês *dog whistle politics*]: usa uma linguagem codificada que parece significar uma coisa para a população em geral, mas tem significado específico para o subgrupo que ele pretende atingir. Esse subgrupo entende a mensagem e se empodera e por mais que

esse grupo de extrema direita seja a minoria na sociedade, colabora para a radicalização da base bolsonarista, que está menor, mais radical.

O uso simbólico do copo de leite por Bolsonaro, faz ressoar em seus seguidores, principalmente nos neonazistas, sua superioridade como indivíduo, como o próprio já se descreveu: olhos azuis, loiro, atleta e com descendência europeia. Somando tais simbologias eugenistas aos discursos racistas do presidente (que são práticas de biopoder - controle da vida, conforme mostra Foucault) é perceptível que o uso do copo com leite foi feito de maneira premeditada, na intenção de ser assimilado pelos grupos neonazistas que fomentam sua base eleitoral.

Vemos que houve na live todo um jogo de encenação, espetacularização: os três sujeitos que se dizem héteros, brancos, que ocupam lugar de poder, bebem o leite ao mesmo tempo, como uma espécie de sincronização do gesto – um “show” para uma plateia que compartilha dos mesmos preceitos. E quando esta cena atinge milhares de espectadores os efeitos de sentido atingem proporções de massificação – a extrema direita ganha espaços ainda mais amplos.

A seguir, temos mais um momento que materializa o processo de simbolização nazista na publicidade do governo Bolsonaro. É o que veremos também no próximo tópico.

3.2 A publicidade e seus aspectos de similitudes com a campanha de Joseph Goebbels

No dia 16 de janeiro de 2020, o Secretário Especial da Cultura, Roberto Alvim, fez um pronunciamento oficial que causou polêmica por possuir similitudes com o discurso de Joseph Goebbels de 1933. Goebbels foi ministro da propaganda da Alemanha Nazista e um dos líderes do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, comumente conhecido como Partido Nazista (Rodrigues; Ribeiro, 2020). Abaixo, temos algumas materialidades do trecho do discurso de Alvim e Goebbels:

- Alvim – “A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo – ou então não será nada” ;
- Goebbels – “A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada” (Jornal Jornalistas Livres, 2020.
Disponível em:
<https://jornalistaslivres.org/exclusivo-secretario-da-cultura-de-bolsonaro-copia-goebbels-em-discurso/>).

Até para os leigos, é possível identificar as similitudes comparando os dois discursos. Por essa razão, não foi difícil para especialistas associarem o discurso de Alvim ao de Goebbels. Para Rodrigues e Rosa, na “integração da sintaxe e de recursos léxico-semânticos do discurso de Goebbels, Alvim mobiliza signos de ultranacionalismo, de salvação e de autoritarismo que se combinam com pontos de vista de uma renovação civilizacional e estética [...] em vista desse diálogo velado, não usa aspas tampouco travessões para diferir as vozes dos respectivos discursos” (Rodrigues; Rosa, 2021, p.125). Podemos refletir o pensamento de Rodrigues e Rosa na fala de Foucault o “novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (Foucault, 2000, p.26).

Revisitando Tavares (2001), sabemos que o sujeito, sobretudo no lugar de político, ao produzir um discurso, se posiciona social e historicamente, assumindo uma formação discursiva. Partindo deste pressuposto e o associando ao pensamento de Rodrigues e Rosa (2021): ao unirmos o discurso proferido por Alvim com a ópera de Richard Wagner¹⁵ que toca ao fundo da transmissão, é possível observar a tentativa de Alvim em construir um diálogo neonazista proposital através da fala de Goebbels. Outro fato que endossa essa tese, compreende a estética visual do pronunciamento, que também faz alusão ao discurso de Goebbels.

Figura 2: Jogos de similitudes entre o processo de discursivo de Alvim e Goebbels.



Fonte: Folha UOL. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/edital-anunciado-por-alvim-em-video-associado-ao-nazismo-e-suspenso.shtml>

Vemos como as fronteiras entre os dois momentos são estreitas. Sobre este aspecto, os jornalistas Paulino e Rocha (2020), apontam outras semelhanças na estética dos discursos: “Na cena mostrada no vídeo, o quadro do comandante, a posição do enunciador, a cruz jesuíta: nada ali é por acaso [...] a comparação de imagens joga por terra a justificativa de que

¹⁵ Wagner foi o compositor preferido de Hitler, que ficou com sua música conhecida no nazismo, usada em ocasiões oficiais por Goebbels. (Paula; Lopes, 2020, p.42)

tudo não passaria de uma coincidência”. Com a repercussão negativa do pronunciamento em canais de comunicação e aplicativos de mídia social, em 17 de janeiro, o Diário Oficial da União publicou a exoneração de Roberto Alvim do cargo de Secretário Especial da Cultura. Em entrevista cedida ao Estadão (2020), Alvim afirmou que o episódio se tratava de uma “coincidência retórica”, e pontuou: "A origem é espúria, mas as ideias contidas na frase são absolutamente perfeitas e eu assino embaixo". Diante do ocorrido, o até então presidente Jair Bolsonaro, fez uma postagem em sua conta oficial do *twitter* sobre o caso de Roberto Alvim.

Figura 3: Print do *twitter* de Jair Bolsonaro no dia da exoneração de Alvim.



Fonte: Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1218204528153153539>

Após o episódio de Alvim, em uma entrevista à Fórum (2020), a pesquisadora Adriana Dias pontuou como essa retórica nazista do governo bolsonarista tem influenciado no aumento de células neonazistas no Brasil:

[...] O dobro dos grupos está surgindo no Brasil desde que ele -Bolsonaro- se candidatou à presidência, pesquisas provam [...] Mais do que isso, as pessoas estão perdendo o medo de se dizerem nazistas no Brasil. Elas estão saindo em cena pública com faixas, com suástica, e o discurso nazista, que antes estava em uma parte mais interna da sociedade, agora tá absolutamente exposto nas ruas. Isso que eu acho mais perigoso, porque tá dentro de um balizamento, uma aceitação por parte do governo desses discursos da extrema-direita, de Klu-Klux-Klan, mesmo. (DIAS: 2020, Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2020/1/17/o-momento-no-to-diferente-do-momento-em-que-nazi-fascismo-cresceu-diz-pesquisadora-67576.html>).

Desde a eleição de Bolsonaro em 2018, é notável o crescimento da apologia ao nazismo no Brasil. Tal crescimento, acompanha a linha do tempo discursiva da política de apito canino, vista como estratégia disciplinar, de Bolsonaro em seus discursos que flertam com o nazismo. O levantamento deste aumento dos núcleos extremistas foi feito e demonstrado por Adriana Dias em uma entrevista ao programa Fantástico (2022). Durante a entrevista, a pesquisadora apontou o aumento de 270% em grupos neonazistas no Brasil entre 2018 e 2022 e estima-se que existam pelo menos 530 células nazistas no Brasil.

3.3 A publicação da SECOM e a releitura do campo de concentração de Auschwitz.

No dia 9 de maio de 2020, menos de 4 meses após o episódio da propaganda com Roberto Alvim, temos novamente um novo acontecimento que promove relações de proximidade com a política nazista. Na ocasião, a Secretaria Especial de Comunicação Social da presidência da república (SECOM), coordenada por Fábio Wajngarten, postou em sua conta oficial no *twitter* a seguinte mensagem:

Figura 4: Postagem da Secretaria da comunicação faz alusão à Auschwitz.



Fonte: Disponível em: <https://x.com/secomvc/status/1259680347962380290?s=48>

A publicação chamou atenção por parafrasear a frase grafada na entrada do campo de concentração de Auschwitz¹⁶ (figura 5). O lema “O trabalho liberta”, em alemão, "Arbeit macht frei", foi utilizado pelo governo Bolsonaro a fim de produzir um sentido “positivo” sobre o enfrentamento à Covid-19 no Brasil (Rodrigues; Ribeiro, 2020). A publicação da SECOM faz uma crítica à imprensa por recomendar que a população ficasse em casa seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com portal de notícias G1 (2020), na data da publicação da postagem, 10.665 pessoas morreram em decorrência da Covid-19 no Brasil.

Figura 5: Fotografia retirada por um drone da entrada do campo de Auschwitz.



Disponível em <https://album.mediaset.es/eimg/2020/01/22/8Ed5h1wH06FiZqxM8fO85.jpg>

¹⁶ Campo de concentração na Polônia, onde se estima que a máquina de guerra nazista tenha assassinado 1,3 milhão de pessoas, principalmente judeus, mas também poloneses cristãos, ciganos e soviéticos.

Revisitando a História, podemos analisar como a questão do trabalho é visto aqui como um discurso autoritário recorrente dos extremistas. O nazismo “vendia” a ideologia de que o único modo de os judeus conquistarem a liberdade seria através do trabalho árduo. Assim, podemos observar uma similitude com o discurso produzido na época da escravidão, que, somente através de muito trabalho e de muita obediência, a tão sonhada carta de alforria viria para os escravizados. Para Boutang (2022) “a tradição inaugurada na Europa pela “luta do senhor e do escravo” de, a liberdade daquele que deve obedecer é conquistada no e através do trabalho [...] tal tradição, de fato, perdeu sua boa reputação desde que os nazistas colocaram o lema “O trabalho liberta” na entrada dos campos de concentração (Boutang, 2022, p.205). No Brasil, durante a pandemia da Covid-19, criou-se uma relação de causa e efeito, onde, não trabalhar significava que todos iam perder economicamente. Dentro deste contexto, a publicação da SECOM endossa o discurso autoritário do trabalho como a libertação de um povo, independente ou não, se as pessoas perderiam a vida por não seguirem as recomendações da OMS.

Diferentemente de como agiu no caso de Roberto Alvim, Jair Bolsonaro, desta vez, não se pronunciou sobre o episódio em suas redes sociais. Já o coordenador da SECOM, Fábio Wajngarten, usou seu twitter para argumentar que “abomina esse tipo de ilação canalha”, referindo-se à alegação da postagem da SECOM ser de cunho nazista.

Figura 7: Print do pronunciamento do coordenador da SECOM.



Fonte: *Twitter* (Disponível em: <https://twitter.com/fabiowoficial/status/1259576536153436163>)

O coordenador atuou desta forma por se colocar em seu lugar de judeu e, portanto, foi “orientado” para falar sobre isso. Certamente, isto é uma estratégia de poder para disciplinar e formar opinião numa população já tão fragilizada na época da Covid-19.

Para o rabino da congregação Israelita Paulista, Michel Schlesinger, em entrevista concedida à BBC (2020), a interdiscursividade com o povo judeu agride a memória de vítimas do Holocausto e ofende a sensibilidade dos sobreviventes. Schlesinger (2020) completou:

Infelizmente, não é possível desconectar este movimento das demais referências do atual governo ao regime nazista, [...] tudo isto sem citar a imitação tão patética quanto aviltante do Joseph Goebbels [...] protagonizada por Roberto Alvim, então secretário de Cultura do mesmo governo. (Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52626218>)

É notável como o ponto de vista do Rabino difere de Fabio Wajngarten - mesmo ambos sendo judeus. O posicionamento do líder religioso é importante porque destaca a gravidade da presença de discursos e ideologias nazistas na atualidade brasileira e a necessidade de se discutir essa temática de forma crítica e reflexiva. Além do Rabino Michel Schlesinger, outras entidades, como a Confederação Israelita do Brasil (CONIB), repudiaram a publicação da SECOM. Em nota, a CONIB declarou “ali, no seu portão de entrada, uma placa com esses dizeres transmitia a mentira de que aquele era um local de trabalho e de possível liberdade - quando se tratava da principal fábrica de mortos do nazismo [...] repudiamos, em tom de alerta à sociedade [...] não apenas pela escolha de palavras, mas por seu sentido que, infelizmente, ratifica a presença atual de elementos que, décadas atrás, constituíram o nazismo [...]” (UOL, 2020).

Diante do que foi exposto neste capítulo e partindo das premissas dos teóricos que norteiam esta pesquisa, é presumível as vontades de verdade do sujeito Bolsonaro, juntamente com seus aliados políticos, em construir uma retórica emoldurada de símbolos nazistas. Bolsonaro não explicita a vontade de que seus apoiadores saiam às ruas utilizando suásticas ou fazendo saudação a Hitler, até porque sabe que isto configura crime. Mas ele tem conhecimento que, da posição de poder, enquanto sujeito político, ao praticar a política de *apito canino* para disseminar discursos que flertam com o nazismo, está inflando os grupos extremistas/neonazista do Brasil que compõem sua base eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, volta e meia, certos discursos com ideais antidemocráticos têm vindo à tona; sobretudo através das mídias sociais, como mostrou as várias reportagens do *Fantástico*¹⁷ sobre a nova onda do Neonazismo no Brasil (e também em outros países mundo afora). Somente no ano de 2023, de abril a julho, foram exibidas dez matérias sobre a questão. O número de reportagens sobre a temática fica assustadoramente maior quando pesquisamos, no portal do programa *Fantástico*, com a palavra ‘neonazismo’. Há dezenas de matérias a respeito, como pode ser observado ao clicar no *link* disponível na nota de rodapé. Diante disso, parece haver algo de muito errado na memória ideológica da sociedade contemporânea.

No Brasil, como foi possível observar ao longo deste trabalho, a partir do ano de 2018, discursos de intolerância ganharam projeção na figura de Jair Messias Bolsonaro, desde a época quando era candidato à Presidência da República. Com seus discursos nada democráticos, Bolsonaro angariou milhares de apoiadores – o que contribuiu para que fosse eleito Presidente do Brasil. De 2019 a 2022, período de seu mandato, a disseminação da violência, em suas mais variadas facetas, alargou-se bastante; uma vez que uma nova identidade política passava a ganhar forma: o bolsonarismo¹⁸. Como foi debatido no decorrer deste estudo, Lúcio Rennó (2022) tem se debruçado sobre essa questão, e define o bolsonarismo como um alinhamento ideológico de direita no Brasil; na qual tem Bolsonaro como seu líder. O processo de discursivização do programa de governo de Bolsonaro, portanto, tem exercido forte influência na forma de pensar de seus apoiadores.

Para isso, mecanismos de manipulação foram disparados através de um discurso capaz de fazer muita gente se identificar. Não à tona, o lema da campanha bolsonarista envolvia diversos mecanismos reguladores, dentre eles: família, religião e pátria. O “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, em conjunto com os demais *slogans* da campanha, muito contribui não somente para conquistar seu público eleitorado, mas também para se tornar “merecedor” da titulação de “mito”; o próprio Messias enviado para salvar a nação brasileira da desordem na qual o país se encontrava. Os discursos eram (como foi possível inferir a partir dos teóricos destacados por todo o trabalho) ferramentas manipuladoras para se alcançar o objetivo, neste caso, a presidência da república. Afinal, a linguagem foi e continuará sendo a

¹⁷ Reportagens exibidas pelo Fantástico, programa jornalístico de Televisão da Rede Globo, em 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/busca/?q=neonazismo> Acesso em: 10, out, 2023.

¹⁸ O Bolsonarismo é um fenômeno político de extrema direita que surgiu no Brasil com a ascensão de Jair Bolsonaro.

ferramenta de maior poder na relação humana – como bem destaca Carlos Piovezani (2021), na *Carta Capital*.¹⁹

Conforme o autor, na linguagem existe muito poder, apesar de nem todos conseguirem percebê-lo (Piovezani, 2021). Hitler se utilizou da linguagem para convencer os alemães que seus discursos eram o melhor caminho e suas ações eram a melhor solução. De maneira aproximativa, Bolsonaro também se utilizou desses mecanismos para fazer uma multidão acreditar que seu governo seria capaz de “curar” as mazelas da corrupção e as recessões econômicas do Brasil.

Assim sendo, foi possível perceber que o discurso, sobretudo o político, funciona como uma ferramenta poderosa na conquista de poderes. Também se destaca que os mecanismos disciplinares agem em diferentes perspectivas, e mesmo aqueles que detêm o poder controlam e são por esses mecanismos reguladores. Outro aspecto interessante a ressaltar da pesquisa é a questão da memória, visto que ela tende a funcionar como elemento organizador daquilo que pode vir a ser proferido e, também, capaz de filtrar acontecimentos que quando trazidos à tona torna um passado e presente, como no caso simbólico entre o discurso do nazismo na Alemanha e o discurso do bolsonarismo no Brasil – discursos esses que partem desde *slogans* de campanha às ações e atos realizados.

Por fim, desenvolver esta pesquisa foi um processo de regate de memórias pouco agradáveis, porém falar sobre a temática aqui abordada é sempre urgente e necessário. É fundamental que se fale para que a história não venha a se repetir. É bem verdade que o nazismo na Alemanha já foi bastante debatido, no entanto, enquanto houver discursos como os ocorridos no Brasil entre os anos de 2018 e 2022, faz-se necessário trazer o tema à tona sempre, pois se trata de uma questão complexa que jamais poderá tomar fôlego novamente.

¹⁹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/artigo/a-linguagem-neofascista-no-brasil-contemporaneo/>

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

ALESSI, Gil; HOFMEISTER, Naira. Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG. **El País**, São Paulo e Porto Alegre. 09 jun 2020 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em 1 de out, 2023.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. 49ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

BARBOSA, Vanessa Fonseca; REYNALDO, Allan; SANTOS, Yuri Andrei Batista. A política do apito canino sob as lentes do discurso: Diálogos com o pensamento Bakhtiniano. **Revista do Centro de Letras e Comunicação**, Pelotas, n.41, set/dez, p.421-439, 2021. Disponível em: [vista do a política do apito canino sob as lentes do discurso: diálogos com o pensamento bakhtiniano \(ufpel.edu.br\)](http://vista.doa.politica.do.apito.canino.sob.as.lentes.do.discurso.dialogos.com.o.pensamento.bakhtiniano.ufpel.edu.br). Acesso em 25 de setembro, 2023.

Bolsonaro defende prisão perpétua, campos de refugiados e privatizações. **Gazeta do povo**.

14 mar 2018. Disponível

em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/em-entrevista-bolsonaro-d-efende-prisao-perpetua-campos-de-refugiados-e-privatizacoes-15f4zjkjxieun18yqjlc547bc/>.

Acesso em: 3 de out, 2023.

BOUTANG, Yann Moulher. A sombra da escravidão, no coração da liberdade moderna.

Lugar Comum, Rio de Janeiro, n.65, dezembro, p. 205, 2022. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/56230/0>. Acesso em: 3 de out, 2023.

BRUM, E. (2019). **Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.

BUENO, F.S. **Dicionário da língua portuguesa**. 11ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

CAMARGO, Cássio M. S. Memória discursiva e a análise do discurso na perspectiva pecheuxtiana e sua relação com a memória social. **Revista Saber Humano**, v.9, n.14, jan/jun, p.167-181, 2019. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/341> Acesso em: ago, 2023.

Casos de Coronavírus e números de mortes no Brasil em 9 de maio. **G1**, 9 de maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/09/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-9-de-maio.ghtml>. Acesso em: 3 de out, 2023.

CONIB, 2020. Entidades judaicas repudiam peça da SECOM que remete a campo de Auschwitz. **UOL**, Brasil. 12 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/05/12/entidades-judaicas-repudiam-peca-da-secom-que-remete-a-campo-de-auschwitz.htm>. Acesso em 3 de out, 2023.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso**: derivas da fala pública. São Carlos, SP: ClaraLuz, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Trad. Fabiana Komesu; Dílson F. da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

DARWIN, C. [1859] 2014. **A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida**. São Paulo: Martin Claret, 800p.

DIAS, Adriana. 2020. O momento não é tão diferente do momento em que o nazi-fascismo cresceu. **Fórum**, Brasil. 17 jan 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2020/1/17/o-momento-no-to-diferente-do-momento-em-que-o-nazi-fascismo-cresceu-diz-pesquisadora-67576.html>. Acesso em 2 de out, 2023.

DIAS, Adriana 2022. Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos. **G1**, Brasil. 16 jan 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em 2 de out, 2023.

DIWAN, P. 2007. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 160p.

EXCLUSIVO: Secretário da Cultura de Bolsonaro copia Goebbels em discurso. **Jornalistas Livres**, 17 jan 2020. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/exclusivo-secretario-da-cultura-de-bolsonaro-copia-goebbels-em-discurso/>. Acesso em: 3 de out, 2023.

FERREIRA, M. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2001.

FIORIN, Jose Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalheite. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A ordem do discurso**. 3ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Veja falas preconceituosas de Bolsonaro e o que diz a lei sobre injúria e racismo. **Folha de São Paulo**, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>. Acesso em: 03 de out, 2023.

GALTON, F. 1973. **Inquiries into human faculty and its development**. Nova Iorque: AMS Press, 286p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOGGIOLA, Osvaldo. **A segunda Guerra Mundial: Causas, estrutura, consequências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

GOODIN, R. E. **Innovating Democracy: Democratic Theory and Practice After the Deliberative Turn**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

Magalhães, M. (2019). **Sob lutas e lágrimas: uma biografia de 2018**. Rio de Janeiro: Record.

MAZOWER, Mark. **O império de Hitler: a Europa sob o domínio nazista**. Trad. Cláudio Carina e Lucia Boldrini. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

MENDES, Corado M.; SOUZA, J.; SILVA, Sueli M. R. A noção de acontecimento à luz da análise do discurso, da semântica do acontecimento e da semiótica tensiva. **Revista Linguagem em discurso**. Santa Catarina, v.20, n.1, p.179-195, jan/abr, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Win/Downloads/download%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Win/Downloads/download%20(2).pdf) Acesso em 14, ago, 2023.

MORAIS, Ricardo M.O. Os dispositivos disciplinares e a norma disciplinar em Foucault. **Revista Ítaca**. Rio de Janeiro, nº 27, p. 185-216, ago, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/2439>. Acesso em: 08, ago, 2023.

MUTTI, R.M.V. Memória no discurso pedagógico. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. pp. 265-76.

PAULA, Luciene de; LOPES, Ana Carolina Siani. A Eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. **Revista Linguasagem**, São Carlos, Dossiê Discurso em tempos de pandemia, v.35, set, p. 35-76, 2020. ISSN: 1983-6988. Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/769/452>. Acesso em: 15 de set, 2023.

PAULINO, Jorge; ROCHA, Igor. “Terrível semelhança”: historiadores analisam vídeo de Alvim. **UOL**, 17 jan 2021. Disponível em: <https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2020/01/17/terrivel-semelhanca-diz-historiador-da-arte-sobre-discurso-de-alvim/>. Acesso em: 3 de out, 2023.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.

RODRIGUES, Marcos Alexandre Fernandes; RIBEIRO, Kelli da Rosa. Vozes (neo) nazis e (m) diálogo tropicalizado: Uma análise do discurso do ex secretário Roberto Alvim. **Revista Letras Escreve**, Macapá, v. 11, n. 2, 1º sem., 2021. ISSN 22388060. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras>. Acesso em: 15 de set, 2023.

RODRIGUES, Marcos Alexandre Fernando; ROSA, Kelli Machado. Análise do discurso do ex-secretário especial da cultura: Vozes (neo) nazistas e(m) diálogo tropicalizado. Afluente: **Revista de Letras e Linguística**, UFMA/CCEL, v.6, n.19, p.124-145, jul./dez. 2021. ISSN 2525-344. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/16427/9813>. Acesso em: 30 de set, 2023.

RENNÓ, Lúcio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Revista estudos avançados**, Rio de Janeiro, n.36, p.147-163, set-out, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>. Acesso em: 09 de set, 2023.

SAFIRE, William. Safire's. **Political Dictionary**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

SANTOS, S. S. B. Pêcheux. In: OLIVEIRA, L. A. **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013.

SECCO, Lincon. O bolsonarismo no Brasil. **Revista relações internacionais**. Lisboa. p. 41-52, mar, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2022.73a04>, acesso em 02, out, 2023.

SOUSA, Bragado. Tempos de barbárie: fascismo, nazismo e segunda guerra mundial (1919-1945). **Unicesumar**, São Paulo. p. 154-189. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/wp-content/uploads/degustacao/ebook/ebook-material-didatico-historia.pdf> acesso em 29, set, 2023.

SCHLESINGER, Michel (2020). Mensagem do governo com alusão ao nazismo agride vítimas do Holocausto, diz Rabino. **BBC**, São Paulo. 11 mai 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52626218>. Acesso em 4 de out, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVEIRA, Josefa Al; MARIANO, Marcia R. C. P. Argumentação e discurso político. **X colóquio internacional Educação e contemporaneidade**, São Cristóvão/SE, v. 10, n. 01, p.1-10, set, 2016. Disponível em: http://anais.educonse.com.br/2016/argumentacao_e_discurso_politico_.pdf . Acesso em 30, jul, 2023.

SOUSA, Bragado. Tempos de barbárie: fascismo, nazismo e segunda guerra mundial (1919-1945). **Unicesumar**, São Paulo. p. 154-189. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/wp-content/uploads/degustacao/ebook/ebook-material-didatico-historia.pdf> acesso em 29, set, 2023.

TAVARES, Daniela Macedo. O discurso político. In: BRANDÃO, Helena Nagamine (org). **Gêneros do discurso na escola**: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica. São Paulo: Cortez, 2001.

VIEIRA, Isabela Rodrigues; RAMOS, Paulo. Discurso bolsonarista ou nazista? A materialidade discursiva em charges. **Redis: Revista de estudos do discurso**, n. 11, p. 334-364, 2022. Disponível em: Visualização de Discurso bolsonarista ou nazista? A materialidade discursiva em charges (up.pt) Acesso em: 20 de set, 2023.

WEINRICH, Harald. **Linguística da mentira**. Trad. Maria Aparecida Barroso; Warner Heidemann. Santa Catarina: Editora UFSC, 2017.